



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A REELABORAÇÃO DOS CONCEITOS MAQUIAVELIANOS DE  
VIRTUDE E FORTUNA EM JAMES HARRINGTON**

**PEDRO EDUARDO BATISTA FERREIRA DA SILVA**

**BRASÍLIA  
2018**

PEDRO EDUARDO BATISTA FERREIRA DA SILVA

A REELABORAÇÃO DOS CONCEITOS MAQUIAVELIANOS DE VIRTUDE E  
FORTUNA EM JAMES HARRINGTON

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da Universidade de  
Brasília como requisito para a obtenção do  
título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: **Ideias, Historiografia e  
Teoria**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Tereza Cristina  
Kirschner

BRASÍLIA  
2018

## AGRADECIMENTOS

Sinto que nesses 28 anos de existência boa parte do meu sucesso só se fez possível porque tive à minha frente, grandes mulheres em quem me inspirar. Fosse na escola, na vida acadêmica, profissional ou pessoal. Portanto, dedico este trabalho principalmente a três delas.

Em primeiro lugar, minha mãe, mulher de muita força e fibra que sempre me dedicou total atenção, carinho e amor. Ela é a pessoa que mais vê capacidade em mim e nem sei se sou merecedor de tudo isso, logo, agradeço e muito.

Em segundo lugar, minha querida orientadora, professora Tereza Kirschner. Ela que sempre acreditou em mim, mesmo quando nem eu mesmo o podia fazer. Dura, mas compreensiva. Rígida, mas respeitosa do tempo meu tempo e minhas limitações. O balanço perfeito entre o controle e estímulo à criatividade na pesquisa. Não consigo entender quando algumas pessoas questionam a relação com orientadora(e)s como algo negativo. A minha experiência foi absolutamente positiva e se hoje cheguei aqui, devo a ela, que jamais me deixou desistir e sempre me incentivou a seguir em frente. Por isso, agradeço.

Em terceiro, mas não menos importante lugar, à minha grande amiga Scarlett. Aquela que leu tudo que já escrevi: trabalhos, projetos, ensaios, rabiscos. Ela que sempre saberá quando um texto é meu, mesmo sem nome. Quem sabe o que se passa comigo, mesmo no silêncio de um olhar furtivo. Nossa relação de honestidade e sinceridade perpassa todas as áreas da vida e não sei se já a agradei por tanta cumplicidade e por isso o faço agora.

Agradeço também ao meu grande amigo e sócio, Cadu, por ter cuidado da nossa escola nos momentos que me ausentei para aulas, reuniões e obrigações relacionadas ao mestrado. Sem ele, eu também não teria chegado aqui.

Um muito obrigado também ao meu pai, por ter investido tanto na minha educação. Sempre estudei em boas escolas, tive a oportunidade de morar no exterior duas vezes e se não fosse pela estabilidade oferecida a mim por ele, possivelmente boa parte da erudição que tenho hoje, não existiria.

Expresso minha gratidão ao Lucas e à Renata, meus companheiros e colocatários, que transformaram nossa casa em um ambiente de paz e favorável à minha produção intelectual dos últimos meses.

Sou grato também aos professores Matteo Giuli, da Universidade de Siena, na Itália, e José Otávio Guimarães, da UnB, pela leitura atenta do meu projeto, apresentado na banca de qualificação, em agosto de 2017. Sem as contribuições por eles dadas e os pontos levantados nas arguições, os últimos meses da pesquisa não teriam sido tão produtivos.

Reconheço e agradeço às professoras Teresa Cristina Marques e Edlene Silva; e aos professores André Melo Araújo e Arthur Alfaix Assis, que me acompanharam durante as disciplinas do mestrado, fazendo contribuições ao meu projeto, ampliando minha formação em História e supervisionando meu estágio docente.

Obrigado também à equipe de secretaria do PPGHIS, principalmente aos sempre solícitos e muito eficientes Jorge e Rodolfo, por sempre facilitarem a nossa vida e nunca nos negarem ajuda.

Finalizo agradecendo ao CNPq, pela oferta de bolsa - da qual não fiz uso, por ter outra fonte de renda-, que mesmo diante das dificuldades em nosso país ainda sobrevive e concede ajuda aos estudantes de pós-graduação.

A vocês, muito obrigado.

*“To act in the politics is to expose oneself to the insecurities of human power systems, to enter a world of mutability and peripetia whose history is the dimension of political insecurity.”*

*“What we sense fortuna is our imperfect experience of the perfection of history.”*

- J.G.A. Pocock

## RESUMO

O objetivo central da pesquisa é examinar como os conceitos de virtude e fortuna, tais como elaborados por Nicolau Maquiavel, foram interpretados e reelaborados por James Harrington. A execução do trabalho se deu a partir da análise dos textos de Maquiavel: *O Príncipe* e *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (publicados entre 1513 e 1532); e da obra de Harrington: *The Commonwealth of Oceana* (publicada na década de 1650). Ao situar ambos os autores em seus contextos específicos de produção, o estudo reconhece Florença e a Inglaterra como importantes espaços de experiência política nos séculos XVI e XVII, respectivamente. A bibliografia de apoio contempla principalmente teóricos do republicanismo cívico e da História do Pensamento Político moderno, o que permite entender a investigação como mais um instrumento para compreensão de parte da linguagem política europeia da época em questão.

**Palavras-chave:** Nicolau Maquiavel; James Harrington; Humanismo Cívico; Republicanismo Cívico; História do Pensamento Político Moderno; Teoria Política Moderna;

## ABSTRACT

The central aim of the research is to examine how the ideas of virtue and fortune, as elaborated by Niccolò Machiavelli in his writings, were reworked more than a century later by James Harrington. The investigation revolves around the analysis of the following Machiavelli's texts: *The Prince* and *Discourses on Livy* (both published between 1513 and 1532); as well as Harrington's *The Commonwealth of Oceana* (published in the 1650s). By placing the two authors in their specific contexts of production, the examination recognizes Florence and England as important spaces of political experience in the sixteenth and seventeenth centuries, respectively. The secondary bibliography includes mainly theorists of civic republicanism and the History of Modern Political Thought, which allows understanding the study as another instrument to perceive part of the European political language of the time in question.

**Keywords:** Niccolò Machiavelli; James Harrington; Civic Humanism; Civic Republicanism; History of Modern Political Thought; Modern Political Theory;

## RIASSUNTO

L'obiettivo centrale della ricerca è di esaminare come le idee di virtù e fortuna, elaborate da Niccolò Machiavelli nei suoi scritti, siano state rielaborate più di un secolo dopo da James Harrington. L'inchiesta ruota intorno all'analisi dei seguenti testi di Machiavelli: *Il Principe* e *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio* (entrambi pubblicati tra il 1513 e il 1532); così come *The Commonwealth of Oceana*, di Harrington (pubblicato nel 1650). Collocando i due autori nei loro specifici ambienti di produzione, lo studio riconosce Firenze e l'Inghilterra come importanti centri di esperienza politica nei secoli XVI e XVII, rispettivamente. La bibliografia secondaria comprende principalmente teorici del repubblicanesimo civico e la storia del pensiero politico moderno, che consente di comprendere lo studio come un altro strumento per percepire una parte del linguaggio politico europeo del tempo in questione.

**Parole Chiave:** Niccolò Machiavelli; James Harrington; Umanesimo; Repubblicanesimo Civico; Storia del pensiero politico moderno; Teoria Politica Moderna;



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. VIRTUDE E FORTUNA EM NICOLAU MAQUIAVEL .....</b>	<b>33</b>
<b>3. VIRTUDE E FORTUNA EM JAMES HARRINGTON .....</b>	<b>58</b>
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>77</b>
<b>5. REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>85</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se desenrolará nas páginas a seguir é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo examinar as reelaborações dos conceitos de virtude (*virtù*, em italiano e *virtus*, em latim) e fortuna (homônimo, tanto em italiano, quanto em latim), tais como entendidos por Nicolau Maquiavel, pelo pensador inglês do século XVII, James Harrington. Como se verá ao longo da leitura, Harrington propôs uma solução constitucional republicana para uma Inglaterra em crise institucional e sabemos que a linguagem política empregada por ele para sustentar suas asserções foi herdada de Maquiavel<sup>1</sup>. Em vista disso e com base nos escritos de ambos os autores, nosso problema de pesquisa foi depreender de que maneira esses dois termos, característicos do vocabulário republicano cívico surgido na Renascença e o qual transmitiu ao mundo de Estados modernos dos séculos XVI e XVII os ideais do republicanismo clássico, apresentam pontos de aproximação e afastamento em seus usos pelos escritores sobreditos.

Nosso método de trabalho consistiu na análise de duas fontes de Maquiavel: *O Príncipe* e *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*; e, uma de James Harrington: *The Commonwealth of Oceana*. Os textos de Maquiavel trabalhados foram duas edições do século XIX, editadas por Felice Le Monnier, renomado editor florentino. Por estarem em formato digital, permitiram uma busca por palavras-chave e um mapeamento detalhado dos conceitos a serem analisados no documento. Já o escrito de Harrington selecionado foi uma edição revisada por John Pocock e publicada pela Cambridge University Press. Como se anunciou no exame de qualificação, iniciamos o trabalho pela leitura dos textos de Maquiavel, para então partirmos para o documento inglês. Reforçamos que a análise das fontes foi feita em paralelo à leitura da bibliografia secundária, a qual reúne, dentre outros autores, John Pocock, Quentin Skinner, Reinhart Koselleck, Philip Petit e Iseult Honohan.

A possibilidade de apropriações e reelaborações conceituais em circunstâncias dissemelhantes de tempo e espaço foi elaborada em detalhe na obra *O Momento*

---

<sup>1</sup> HONOHAN, Iseult. **Civic Republicanism**. London: Routledge, 2002, pp. 42-44.

*Maquiaveliano*<sup>2</sup>, de autoria do historiador inglês John Greville Agard Pocock. Um grande tratado de história do pensamento político na Idade Moderna, o texto de J.G.A. Pocock foi basilar à nossa pesquisa. O livro abriu nossos olhos para o fato de que encarávamos na perquirição um vocabulário mais ou menos estável, que derivou do republicanismo clássico - em especial das reflexões aristotélicas e de Políbio -, configurando-se na forma de um idioma<sup>3</sup> específico, o maquiavelismo<sup>4</sup>. Pocock define-o como a articulação de conceitos e valores humanistas cívicos visível em uma literatura a qual circulou em Florença entre os anos 1494 e 1530, principalmente nos escritos de Maquiavel<sup>5</sup>. Assim, foi com base principalmente nesse estudo de Pocock que fomos capazes de perceber que esse idioma teve ampla exportação para a Inglaterra setecentista, aparecendo também nos escritos de autores contemporâneos e contemporâneos a James Harrington, como foi o caso de Henry Vane<sup>6</sup> e Marchamont Needham<sup>7</sup>.

Publicado pela primeira vez em 1975, *O Momento Maquiaveliano* divide-se em duas partes e tem dois objetivos centrais. A primeira parte visa a minuciar o pensamento político florentino na era de Maquiavel e contextualizá-lo juntamente com alguns de seus contemporâneos, cujos exemplos são: Savonarola, Guicciardini e Gianotti. Em sua obra, Pocock presume que o reavivamento das ideias republicanas por parte dos humanistas cívicos italianos da Alta Renascença coloca o problema de uma sociedade na qual a natureza política dos seres humanos, conforme descrita por

---

<sup>2</sup> POCOCK, J.G.A. **The Machiavellian Moment**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

<sup>3</sup> Pocock considera como linguagens políticas, as diversidades de linguagens pelas quais as múltiplas formas dos pensamentos políticos se manifestam. Por exemplo, o pensamento político republicano e suas concepções se manifestam por meio de uma linguagem política republicana a qual apresenta uma relativa estabilidade na carga semântica dos termos. Subordinados às linguagens, estariam os idiomas políticos, centrados na forma como um autor se apropria das linguagens disponíveis para compor suas ideias. O maquiavelismo é um idioma político que se apropria e reelabora elementos da linguagem republicana clássica, articulando-a aos valores humanistas cívicos renascentistas. Para mais detalhes cf. POCOCK, J.G.A. Languages and Their Implications. In: **Politics, Language & Time: Essays on Political Thought and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. pp. 3-41.

<sup>4</sup> Ibid., pp. VII-X.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Um estudo comparativo entre os pensamentos de James Harrington e Henry Vane já foi realizado por nós e gerou um trabalho de conclusão de curso apresentado na Universidade de Brasília em 2014.

<sup>7</sup> Marchamont Needham foi um jornalista e divulgador de panfletos republicanos durante as Guerras Cívicas do século XVII. Sua principal obra foi *The Excellency of a Free State*, a qual foi publicada no mesmo ano de *The Commonwealth of Oceana*, 1656. Cf. Oxford Dictionary of National Biography.

Aristóteles, era atingir a completude, buscando existir no contexto de uma percepção cristã de tempo<sup>8</sup>. O historiador inglês também conjectura que o intelecto europeu da época possuía diante de si um número limitado de formas de fazer inteligível o tempo secular e que o vocabulário humanista cívico do momento só pode ser compreendido a partir dessa percepção. Ou seja, apesar de revolucionários e críticos da maneira cristã de ver o tempo, a maioria dos autores da época ainda utilizava categorias medievais, como providência e graça, em seus trabalhos.

Um bocado sugestivo, o título do texto de J.G.A. Pocock acabou por cunhar uma expressão que, de acordo com o próprio professor inglês, pode ser interpretada de duas formas. A primeira denota o momento no qual e a maneira pela qual o pensamento maquiaveliano se faz visível. Reiterando o acima exposto, o autor afirma que, nesse momento da História europeia, certos modelos e concepções medievais de relação com o tempo ainda perduravam e os pensamentos veneziano e florentino tentavam contestá-los, mas sem conseguir se emancipar por completo<sup>9</sup>. A segunda anuncia o problema em si. É um termo que descreve um momento do tempo no qual a república se via em conflito com sua própria finitude, tentando permanecer moralmente viva e estável em um contexto de eventos irracionais e potencialmente destrutivos de quaisquer sistemas de estabilidade secular. Nesse ponto, a teoria de Pocock se articula com a da historiadora italiana e professora da Universidade de Florença, Lea Campos Boralevi<sup>10</sup>, que afirma que o sincretismo teórico entre tradição aristotélica, romana e sabedoria bíblica foi a maneira que o humanismo cívico encontrou de se manter vivo em uma conjuntura de intenso embate intelectual<sup>11</sup>.

Paralelamente ao colocado acima, J.G.A. Pocock entende que o momento maquiaveliano tem uma história continuada, no sentido que essa consciência política secular continuou a questionar e problematizar o pensamento político ocidental do medievo cristão durante boa parte da Idade Moderna. De acordo com ele, as ideias de balanço de governo, virtude e os papéis das armas e da propriedade privada na composição da personalidade cívica são categorias que estiveram presentes em textos dos humanismos e pós-humanismos florentino e veneziano<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> POCOCK, J.G.A., 1975. pp. 3-9.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> BORALEVI, Lea Campos. James Harrington's 'Machiavellian' anti-Machiavellism. In: **History of European Ideas**, v.37, n.2. pp.113-119.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> POCOCK, J.G.A., 1975, pp. 361-365.

Já na segunda parte de seu texto, Pocock aborda a reelaboração das ideias pregadas nesse momento maquiaveliano nos pensamentos setecentista e oitocentista dos Estados Unidos da América e da Inglaterra. O historiador inglês constatou que a tradição desses locais é uma mescla do republicanismo, constitucionalismo, maquiavelismo e ideais de Locke e Burke<sup>13</sup>. Assim, nesse contexto, James Harrington aparece como uma figura crucial já que propôs uma solução republicana para uma Inglaterra em guerra civil. Uma guerra que trouxe à tona o conflito entre a monarquia Tudor e o nacionalismo religioso puritano, permitindo a presença de mais estilos e linguagens de pensamento político do que parece ter havido em Florença.

Ainda sobre J.G.A. Pocock, podemos dizer que foi um dos mais proeminentes representantes da chamada Escola de Cambridge de História do Pensamento Político, tendo refletido sobre os percalços enfrentados pelos historiadores das ideias em suas empreitadas intelectuais. Assim como Quentin Skinner, Pocock mostrou-se muito preocupado em apreender, paralelamente ao estudo do texto, o contexto, ou seja, as variáveis políticas, econômicas, religiosas e linguísticas, as quais rodearam a produção dos escritos sobre os quais se debruçou em sua carreira. Segundo Cícero Araújo<sup>14</sup>, estudioso do pensamento de ambos, o mérito dos autores foi perceber que “a interpretação de um texto político deve sempre inserir o escrito em um panorama mais complexo de convenções e paradigmas mais ou menos comuns a um grupo de pensadores”, os quais operam como “uma comunidade de falantes de uma mesma linguagem política, a qual é progressivamente atualizada a partir de novas intervenções”<sup>15</sup>. Pode-se reconhecer essa ideia em Pocock ao ler-se que, para o autor, no cenário da Primeira Guerra Civil Inglesa (1642-1646):

Já que sociedade política era idealizada [pelos republicanos setecentistas ingleses] como uma comunidade de seres ativos, nós devemos esperar encontrar sinais da polaridade virtude-fortuna e, levando em consideração a ampla disseminação por toda a Europa da literatura florentina, um real entendimento e compartilhamento das principais preocupações de Maquiavel<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> POCOCK, J.G.A., 1975, pp. 361-365.

<sup>14</sup> Cícero Araújo é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e estudioso da obra de J.G.A. Pocock.

<sup>15</sup> ARAÚJO, Cícero. Apresentação. In: POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2013. pp. 9-10.

<sup>16</sup> POCOCK, J.G.A., Op. Cit., p. 366.

Ao reconhecer que o trabalho de Pocock e Skinner é muito mais amplo e complexo do que o nosso, isentamo-nos da intenção de copiar seus métodos. Eles se propõem a adentrar um período e analisar os vários sistemas de linguagens que dialogavam ou competiam entre si em uma mesma época. Nosso objetivo é mais restrito e apenas se inspira na Escola de Cambridge: intentamos apenas perceber de que maneira a linguagem republicana, compartilhada por Maquiavel e Harrington, apresenta pontos de aproximação e afastamento, tendo como eixo central da reflexão os conceitos de virtude e fortuna.

Pocock inspira-nos por ter sido quem escreveu exaustivamente sobre o campo de trabalho que mais nos serviu de motivação na trajetória da pesquisa: a História do Pensamento Político. Para ele, o estudo desse tipo de pensamento esteve durante muito tempo relegado a segundo plano entre os historiadores e compunha um campo híbrido, sem etiqueta, o qual penetrava várias áreas do conhecimento e parecia perdido entre a teoria política, a filosofia e a história<sup>17</sup>. Para Pocock, a saída desta encruzilhada estaria em uma redefinição da relação entre filosofia e história<sup>18</sup>.

Com isso, no artigo *Language and Their Implications*, parte da coletânea *Politics, Language and Time*, o pesquisador afirmou que uma vez que o trabalho do filósofo é formalizar as relações entre ideias, ele usualmente tem o hábito de apresentar os *corpus* de pensamento político como componentes de sistemas filosóficos específicos<sup>19</sup>. Para ele, essa prática ensina muito ao historiador, mas não nos é suficiente. Pocock defende que o *métier* do historiador é mais complexo. Cabe a nós tentar entender o que determinado autor tentou dizer e por que quis ou optou por dizer determinada coisa de uma forma específica<sup>20</sup>. Além disso, ao trabalhar em perspectiva temporal, o historiador percebe múltiplos sistemas filosóficos coexistindo em uma mesma época, interpelando-se e promovendo continuidades e rupturas. Desse modo, Pocock propôs uma transformação no tratamento histórico das ideias políticas e defendeu a autonomia de um novo método, preocupado em tratar os fenômenos dos pensamentos políticos como eventos históricos<sup>21</sup>.

É crucial destacar que J.G.A. Pocock serviu de exemplo a muitos pesquisadores contemporâneos das décadas que sucederam à publicação do artigo

---

<sup>17</sup> POCOCK, J.G.A., 1989. p.4.

<sup>18</sup> Ibid. p.5.

<sup>19</sup> POCOCK, J.G.A., Op. Cit., p.8.

<sup>20</sup> Ibid. p.9.

<sup>21</sup> Ibid. p.11.

supracitado. Seu método de trabalho foi utilizado por outros pesquisadores, em especial os que estudaram ou ensinaram na Universidade de Cambridge no último meio século. A peculiaridade dessa metodologia de pesquisa reside no fato de que ela consiste menos em um trabalho de narração de fatos e mais na reconstrução do discurso político produzido pelos atores históricos, direta ou indiretamente engajados na ação de seu tempo<sup>22</sup>. Pocock defende que essa tarefa de reconstruir o discurso político aproximava a História do Pensamento Político da linguagem, esta última sendo vista como um produto da história e possuindo uma história própria<sup>23</sup>. Na visão de Pocock, a leitura dos textos concretos, dos problemas e das polêmicas que os autores travavam entre si permitiram estabelecer as bases para os estudos de determinadas épocas<sup>24</sup>.

Em sua tarefa de definir precisamente os limites metodológicos da História do Pensamento Político, John Pocock recorreu a Thomas Kuhn e sua obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Segundo o historiador, o método da História do Pensamento Político assemelha-se ao do filósofo estadunidense uma vez que ambos enxergam a linguagem como elemento-chave para a compreensão dos problemas colocados por uma época<sup>25</sup>. Para ambos os autores, a humanidade cria sistemas de linguagem os quais ajudam a constituir as esferas conceituais, de discursos de autoridade e sociais, os quais se interpelam mutuamente. Pensamos que ao estudarmos a História do Pensamento Político – a partir de Pocock –, estamos explorando a sofisticação das conexões entre os sistemas político e da linguagem, que é mediada pelo contexto, que é entendido por nós a partir da aceção ampla de cena temporal e variáveis culturais as quais, registradas na forma de linguagem - fala e texto -, esclarecem a carga semântica de conceitos políticos ou filosóficos. Assim como o historiador inglês, acreditamos que:

O pensamento de um indivíduo passa agora a ser visto como como um evento social, um ato de fala e de reação a um sistema de paradigmas e, como evento histórico, um momento no processo de transformação desse sistema e dos mundos com os quais interage e ajuda a constituir<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> ARAÚJO, Cícero, 2013. p.9.

<sup>23</sup> POCOCK, J.G.A., 1989., pp.12-13.

<sup>24</sup> ARAÚJO, Cícero. Op. Cit., p.12

<sup>25</sup> POCOCK, J.G.A., Op. Cit., pp. 13-19.

<sup>26</sup> POCOCK, J.G.A., Op. Cit., p.15. “The individual’s thinking may now be viewed as a social event, and act of communication and of response within a paradigm-system, and as historical

Portanto, nossa pesquisa apoiou-se em John Pocock, mas não faz um trabalho tão detalhado e meticuloso como o do historiador inglês. Baseamo-nos nele por dois motivos: primeiramente, pelo fato de Pocock ser um grande estudioso da linguagem política empregada por Nicolau Maquiavel em seus escritos. Segundo, pelo fato de o autor trabalhar com a História do Pensamento e das Ideias Políticas, uma abordagem que nos pareceu apropriada para nosso objeto.

Outro autor essencial à nossa pesquisa, foi o historiador alemão Reinhart Koselleck, em especial suas elaborações sobre a História dos Conceitos. Por meio de Koselleck, fomos induzidos a acreditar que o que supostamente aconteceu no passado e sofreu apropriações posteriores não pode ser apreendido exclusivamente com base nas fontes escritas. É necessário um trabalho teórico e conceitual paralelo. Além disso, notamos que a História dos Conceitos, ao levar o historiador às experiências passadas circunscritas pela linguagem, é capaz de fornecer as bases interpretativas para as inovações que puderam ser registradas na forma de texto. Sem negligenciar a História Social<sup>27</sup> e privilegiar exclusivamente a análise de fontes de maneira desagarrada dos contextos que rodeiam suas produções, Koselleck chama-nos para importância da análise linguística e semântica na tentativa de apreensão da multiplicidade do mundo social em várias épocas<sup>28</sup>. Para ele, conhecer a historicidade dos conceitos e como seus significados transmutam-se ao longo do tempo é essencial à prática do historiador<sup>29</sup>. Pensamos que por conter procedimentos metodológicos os quais permitem apreender os processos de reelaboração e apropriação conceitual ao

---

event, a moment in a process of transformation of that system and of the interacting worlds which help to constitute”. Tradução nossa.

<sup>27</sup> Inspirados por Tereza Cristina Kirschner e Sônia Lacerda, em nosso trabalho, empregamos a noção tradicional tanto de História Social quanto de História das Ideias para distinguir, respectivamente, perspectivas de análise que privilegiam o estudo de práticas sociais e culturais em sentido amplo, e de correntes de pensamento e tradições intelectuais. As autoras colocam que: “O amplo território historiográfico que se designava habitualmente, quer como História das Ideias, quer como História Intelectual, comporta hoje numerosas tendências diferenciadas por opções temáticas, estratégicas e metodológicas. É o caso da História Social das Ideias, História das Mentalidades, História Social da Cultura, História do Imaginário, etc. Da mesma maneira, a tradicional área da História Social abrange hoje várias correntes e, muitas vezes, confunde-se com a denominada História Cultural”. KIRSCHNER, Tereza Cristina; LACERDA, Sônia. Tradição Intelectual e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos. In: LOPES, Marcos (organizador). **Grandes Nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 25-28.

<sup>28</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Uma Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 97-118.

<sup>29</sup> Ibid.



longo do tempo, o trabalho de Koselleck tenha sido bastante inspirador à nossa pesquisa.

Obviamente, nosso objeto não é tão amplo quanto o de historiador alemão, que compôs, em parceria com outros acadêmicos como, por exemplo, Werner Conze e Otto Brunner, um amplo *Dicionário Histórico de Conceitos*. Em seu *Dicionário*, o historiador alemão parecia ter um objetivo grandioso: entender, a partir da análise do universo conceitual de meados do século XVIII até o segundo quartel do XIX uma nova articulação de como a humanidade passou a descrever a sua experiência no tempo<sup>30</sup>. Tomando como exemplo o conceito de História, nota-se que o grandioso projeto foi capaz de encontrar nas palavras transmutações de significado a partir de uma nova temporalização, democratização, ideologização e politização<sup>31</sup>. Em prefácio à edição brasileira da obra *O Conceito de História*, de Koselleck, Arthur Assis e Sérgio da Mata reiteram que entre 1750 e 1850:

Iluminismo, ascensão social da burguesia e industrialização se combinam para, a partir do espaço cultural alemão, estimular uma alteração sem precedentes no significado dos diversos conceitos políticos fundamentais a partir dos quais se organizava a experiência no mundo ocidental. Dessas transformações históricas, não escapa o próprio conceito de História<sup>32</sup>.

Falar em História dos Conceitos, leva-nos naturalmente às reflexões sobre a relação entre história e linguagem. Bastante vivo no ambiente acadêmico da segunda metade do século XX, o debate acerca de tal interpelação perpassa a obra de inúmeros autores, das mais variadas correntes de pensamento. É importante frisar também que nossa dissertação não se proporá a fazer uma história dos conceitos de virtude e fortuna. Portanto, apesar da importância de Reinhart Koselleck para a reflexão conceitual, o método utilizado pelo historiador alemão é infinitamente mais detalhado e específico: traçar uma história social dos conceitos, no contexto político alemão. Obviamente, nossos trabalhos tem aproximações, mas propostas completamente distintas. Koselleck é para nós, assim como Pocock, uma referência, uma inspiração;

<sup>30</sup> GAIO, Géssica. Sattelzeit: Modernidade e História. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 1, n. 2, 2009, pp. 1-2.

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio Da. O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 12.

entretanto, na nossa pesquisa, o trabalho não se dá na perspectiva de compreender a totalidade da história dos conceitos de virtude e fortuna.

Com isso, nosso exercício de História das Ideias configura-se em uma operação inspirada tanto pela Escola de Cambridge quanto pela História Conceitual alemã. Cumpre destacar novamente que nós não copiamos nenhum dos métodos, apenas os temos como referenciais de preocupação conceitual na prática do historiador. A Escola de Cambridge ajudou-nos a não operar mecanicamente, ou seja, não estabelecendo o contexto antes do texto. Os contextos apresentados nesta dissertação não foram pré-captados e sim retirados dos próprios textos, das fontes analisadas. Já a História Conceitual alemã, permitiu-nos perceber que foram dos espaços de experiências descritos por Harrington e Maquiavel, das articulações entre os conceitos analisados e das reconfigurações dos referenciais as quais permitiram suas reelaborações semânticas que se extraíram os contextos, tão caros à nossa interpretação, dessas mutações de sentido. Koselleck nos fez abrir os olhos, durante a fase de análise das fontes, para a possibilidade de que as distintas temporalidades presentes nos conceitos escolhidos poderiam fazer deles construções linguísticas capazes de inovações de sentido e que a apreensão dessas ressignificações justificaria os atos da investigação arquivística e da nossa escrita historiográfica. O historiador alemão foi essencial para que pensássemos esses sujeitos, cujas existências inscrevem-se em tempos e locais distintos, como agentes de experiências distintas e os quais recorreram a um vocabulário parecido para descrevê-las. Seus respectivos espaços de experiência foram interpretados a partir, dentre outros mecanismos, da ressignificação de antigos conceitos, como se deu com virtude e fortuna.

A quarta autora cuja obra foi basilar à execução de nosso trabalho foi Iseult Honohan. Seu livro permite uma compreensão mais detalhada dos vários modos de pensamento republicano, em especial o republicanismo cívico o qual resulta da articulação de ideias clássicas com valores humanistas cívicos renascentistas. Em sua obra, Honohan nos mostra o quão caras a Maquiavel foram as elaborações de Aristóteles e Cícero<sup>33</sup> e, a partir disso, pudemos perceber o quão importante a Harrington foi Maquiavel. A leitura de Honohan nos provocou para que interpretássemos o conteúdo das fontes com um olhar que permitisse seu entendimento como um constructo linguístico repleto de vocabulários reelaborados,

---

<sup>33</sup> HONOHAN, Iseult, 2002, pp. 15-41.

modificados por experiências singulares as quais, em sua diversidade e peculiaridade, requereram a apropriação dos conceitos de virtude e fortuna para comunicar, à comunidade de cidadãos interdependentes da qual faziam parte os autores das fontes, a necessidade de ação política.

Desse modo, em nosso trabalho, optamos por analisar três documentos e seus contextos específicos de produção. A escolha das fontes maquiavelianas deu pelo fato de que ambos, dentro da extensa obra de Maquiavel, são os que mais abordam o par conceitual virtude-fortuna e seu impacto sobre os sistemas de poder. J.G.A. Pocock ressalta que tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discursos* fica evidente o fato de que o declínio da vontade cidadã leva, necessariamente e cedo ou tarde, ao colapso do principado ou da república, permitindo que a fortuna ascenda, deixando ao revés da imprevisibilidade o futuro do sistema em questão<sup>34</sup>. Além disso, nota-se na leitura de Pocock que análises dos conceitos de fortuna são melhor feitas se, em paralelo, for trabalhado o conceito anverso: a virtude. Para o historiador inglês, o problema de uma é, intrinsecamente, o problema da outra<sup>35</sup>. Dentro da tradição republicana clássica e, conseqüentemente, da humanista cívica do Renascimento, a virtude é a única força que pode controlar ou minimizar o papel da fortuna<sup>36</sup>. E, ao conectar virtude à participação cidadã, vontade cívica e uma autoridade não absoluta do governante - do príncipe -, o humanismo cívico representou uma inovação, condicionando à predominância da virtude o sucesso da *res publica*<sup>37</sup>. Em outras palavras, a virtude só poderia ser praticada onde houvesse cidadania e algum tipo de equilíbrio de poder. Isto é, a estabilidade moral e política de um sistema republicano só se consolidaria em um sistema que favorecesse um grau alto de virtude, controlador da vicissitude da ideia inversa.

Voltando à metodologia adotada, nosso trabalho tenta mostrar que há uma relação entre a pesquisa documental, um *corpus* de fontes que emitem informações sobre o mundo empírico, e a pesquisa na área de reflexão sobre a produção e circulação das ideias. Em paralelo, temos também uma forte preocupação com o contexto histórico que rodeou a produção das fontes literárias escolhidas.

---

<sup>34</sup> POCOCK, J.G.A., 1975, pp. 31-48.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> Ibid.

Ler integralmente e entender melhor *O Príncipe* foi o passo inicial da pesquisa. Pode-se afirmar que o texto não é um trabalho de formação ideológica, no sentido que não defende ou favorece o ponto de vista de um grupo social específico ou de uma das múltiplas forças que lutavam pelo poder em Florença, na passagem do século XV para o XVI. O texto é muito mais um estudo analítico das inovações e decadências ocorridas nos sistemas de poder, quando os níveis de participação cívica aumentam ou diminuem face ao poder do príncipe. Segundo Pocock, a grande inovação de Maquiavel na obra foi reconhecer o papel da fortuna como uma variável determinante das condições desse balanço de forças entre governante e governado<sup>38</sup>.

A tese é a de que:

Se a política é pensada como a arte de lidar com eventos e suas contingências, é também a arte de lidar com **a fortuna como a força que direciona tais eventos** e, conseqüentemente, simboliza a pureza, autocontrole e o caráter ilegítimo das contingências (...). A república somente pode controlar a fortuna se integrar seus cidadãos em uma universitas autossuficiente, mas isso, por sua vez, depende diretamente do quão livremente moralizado e participante é o cidadão<sup>39</sup>.

Portanto, não há dúvidas de que Maquiavel era um grande defensor do republicanismo e tinha medo que uma sucessão imperial fizesse de Florença o que fez da Roma Antiga. Em uma análise mais detalhada desse contexto histórico pudemos perceber que, durante quase um milênio após o fim da república romana e a ascensão de múltiplos imperadores ao poder, houve pouco espaço para o pensamento republicano, algo que só voltou a acontecer nos anos 1400 e 1500<sup>40</sup>.

Nota-se que cidades-estados autogovernadas abriram caminho, na Roma Imperial, para uma hierarquia baseada nas dualidades de poder como, por exemplo, Imperador *versus* Papa; Bispos *versus* Reis; ou ainda, Clero *versus* Lordes<sup>41</sup>. A vida política na Europa medieval era algo remoto e distante da maior parte da população. Poder e liberdade pareciam limitados a poucos. A visão da sociedade era cíclica e foi progressivamente substituída por uma progressão linear que ia da criação à queda,

<sup>38</sup> POCOCK, J.G.A., 1975, p. 83-113.

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> HONOHAN, Iseult, 2002. p. 41

<sup>41</sup> Ibid. p. 42.

passando pelo julgamento final, momento no qual a graça e a providência orientavam o destino humano mais do que o acaso ou as próprias ações do sujeito<sup>42</sup>.

Nesse modelo medieval, a interdependência dos seres que dividiam a comunidade política era menos significativa que a dependência dos mesmos de Deus e da sua providência na ordem da vida<sup>43</sup>. Assim, o valor da atividade política para vida humana parecia quase nulo e sistemas que pensassem o cidadão como um sujeito dotado de poder de ação para deliberar sobre seu futuro no mundo secular eram desacreditados<sup>44</sup>. Parece-nos que modelos baseados no poder real mediado por uma divindade eram uma alternativa entendida como quase que inevitável à paz e coexistência dos homens e mulheres em um mesmo espaço político.

Iseult Honohan defende em seu texto que esse cenário começa a mudar na Itália do século XI, em especial no norte e no centro da península quando cidades-estados as quais praticavam formas variadas de autogoverno civil começaram a aparecer<sup>45</sup>. E, conforme os problemas derivados da experiência política surgiam, pensadores eram obrigados a recorrer às mensagens deixadas por seus antepassados na busca de soluções que permitissem a estabilidade do sistema. Honohan argumenta que os pensadores dessa época agiram fortemente influenciados por Cícero que, com sua ideia do homem *vir virtutis*<sup>46</sup> - ou seja, aquele dotado de uma virtude capaz de combinar os valores cristãos e pagãos -, ajudou-os a pensar o cidadão ideal<sup>47</sup>. Além disso, esses intelectuais acreditavam que a república era a melhor forma de governo pois permitia que as pessoas se tornassem livres dos dois sentidos de interdependência os quais poderiam arruinar uma república naquela época: os invasores externos e líderes tiranos dentro do próprio espaço da cidade-estado<sup>48</sup>.

A Península Itálica vivia, como se verá em mais detalhe no capítulo a seguir, um momento de expansão literária, comercial, artística e de inovações nos campos da arquitetura e construção<sup>49</sup>. Pocock argumenta que cidades como Florença e Veneza

---

<sup>42</sup> POCOCK, J.G.A., Op. Cit., pp. 3-9.

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> HONOHAN, Iseult, 2002, p. 43.

<sup>45</sup> Ibid. pp. 44-45.

<sup>46</sup> Uma descrição detalhada dos poderes do *vir virtutis* aparece em SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 115-122.

<sup>47</sup> HONOHAN, Op. Cit., pp. 30-31.

<sup>48</sup> Ibid. p. 32

<sup>49</sup> ARANOVICH, Patrícia. **História e Política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007. pp. 163-175.

foram, nesse contexto, inspiração para que autores teorizassem sobre os mais variados modelos políticos - em especial o republicano - , os quais, ao valorizarem a liberdade, permitiriam avanços ainda maiores nesses progressos<sup>50</sup>. Entretanto, a maioria das outras cidades-estados tiveram inovações constitucionais curtas, sempre voltando a mão de tiranos ditadores ou sistemas autocráticos. Maquiavel descreve a queda dos sistemas de algumas dessas cidades afirmando que a corrupção era o mal capaz de corrompê-los<sup>51</sup>.

Honohan salienta que, do século XI ao XVI, inúmeros autores descreveram soluções constitucionais as quais retirassem das mãos de um tirano o poder, algumas avançando o modelo aristocrático veneziano e outras desenvolvendo as tendências mais democráticas florentinas<sup>52</sup>. Ela ainda coloca que a grande maioria delas favoreceram a ação consciente e voluntária humana como a chave para o progresso dos sistemas nos quais estavam inseridos, combinando valores cristãos e cívicos. Seria a partir do desenvolvimento consciente desse amontado de valores, os quais muitos teóricos chamaram de virtude, que se seria capaz de controlar as vicissitudes do acaso ou da providência, ideia que muitos entendiam como a fortuna<sup>53</sup>.

Ainda segundo a intelectual irlandesa, o pensador italiano mais bem-sucedido em organizar uma teoria que articulasse valores humanistas e cristãos foi o florentino Nicolau Maquiavel. Ele contribuiu largamente para que se transmitisse ao mundo de Estados modernos, dos séculos XVI e XVII, os elementos-chave da teoria republicana clássica, incorporando-os aos valores humanistas cívicos renascentistas<sup>54</sup>.

É exatamente pela paixão e incisividade de Maquiavel, que asseveramos não haver dúvidas de que ele é um dos filósofos políticos mais controversos da Europa moderna. A pluralidade de assuntos tratados em seus textos, leva a um universo amplo de interpretações e permite que eles circulem em debates em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, dentre as quais podemos destacar a História, a Filosofia, a Ciência Política e as Relações Internacionais. A partir da leitura de sua obra, são possíveis múltiplos debates acerca de pontos como: republicanismo, nacionalismo, humanismo cívico, moralidade e imoralidade, realismo e idealismo político, guerra e

---

<sup>50</sup> POCOCK, J.G.A., 1975, pp. 49-82.

<sup>51</sup> HONOHAN, Iseult, 2002, p. 45-47.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> Ibid.

paz, e mais alguns outros, tão caros aos pesquisadores dos campos de estudo supracitados.

Talvez, o leque tão extenso de temas abordados esteja ligado ao fato de que antes de se tornar o escritor político que foi, Maquiavel transitou por alguns outros âmbitos. Segundo Helton Adverse, na Florença do primeiro quartel do século XVI, o grande público o conhecia principalmente como um escritor de teatro e autor de uma *Arte da Guerra*<sup>55</sup>. Nota-se que o reconhecimento pelos textos de cunho político só aconteceu postumamente, da década de 1530 em diante<sup>56</sup>.

A Florença em que Maquiavel viveu e a qual serviu era uma das duas grandes repúblicas que, nos últimos anos do século XV, ainda florescia entre os grandes Estados papais, Milão e Nápoles. Era uma das maiores cidades da Europa, porém, já não rivalizava com a outra grande república da Península Itálica: Veneza. Era próspera, habitada por banqueiros e mercadores e sede da indústria da seda, a qual substituiu as perdas comerciais após o declínio na produção de lã<sup>57</sup>.

Nascido em 1469 e morto em 1527, o pensador florentino teve uma vida cívica ativa e devotou boa parte de sua existência ao serviço público florentino. Como já dito acima, fica claro que uma de suas intenções, tanto na função de funcionário do Estado quanto em seus textos filosóficos, foi lutar pela preservação da forma republicana de poder. Seu ingresso na vida pública florentina se deu aos 29 anos, em 1498, como Segundo Chanceler da República Florentina<sup>58</sup>. À serviço de Pietro Soderini, esse foi o posto ocupado por ele de 1498 até o colapso repentino da República e retorno da família Médici ao poder em 1512. Com os Médici, o pensador italiano estabeleceu um relacionamento conturbado. O clã, o qual dominou a política local por mais de metade do século XV, de 1434 a 1494, esteve completamente ausente da cena administrativa por quase duas décadas, retomando controle da máquina local somente no início dos anos 1500<sup>59</sup>.

Sobre o ano de 1512, cumpre destacar que essa foi uma data de muitas crises para Maquiavel: foi quando foi sumariamente removido da chancelaria e passou a se

---

<sup>55</sup> ADVERSE, Helton. Apresentação à Edição Brasileira. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 10

<sup>56</sup> Ibid.

<sup>57</sup> GRAFTON, Anthony. Introdução. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 26-29.

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Ibid.

tornar alvo de suspeita dos Médici e seus aliados<sup>60</sup>. Segundo Quentin Skinner, em sua obra biográfica sobre o pensador florentino, Maquiavel foi acusado de ter participado de um movimento contra o retorno dos Médici ao poder, tendo sido assim preso e torturado<sup>61</sup>. Sua soltura do cárcere deu-se no começo de 1513, sob um acordo de anulação das acusações e saída da cidade. Foi a experiência do exílio compulsório, a algumas dezenas de quilômetros ao sul de Florença, que serviu de inspiração à composição de seus principais escritos: *O Príncipe*, *Discursos ou Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, *A Arte da Guerra* e *História de Florença*, todos escritos entre 1513 e 1527 e, tirante *A Arte da Guerra*, publicados postumamente, entre 1527 e 1532<sup>62</sup>. Não só Skinner, mas também outros estudiosos da obra maquiaveliana, como é o caso de Patrícia Aranovich, acreditam que sua aposentadoria precoce e não voluntária da vida pública foi o fator determinante para que ele se tornasse o homem de letras e filósofo político que conhecemos<sup>63</sup>.

Outro autor relevante na coleta de dados biográficos de Maquiavel foi o estudioso da História do Livro e dos Leitores, no universo cultural europeu Renascentista dos séculos XVI e XVII, Anthony Grafton. Grafton entende Florença como um centro da nova cultura clássica criada pelos humanistas do Renascimento<sup>64</sup>. Segundo ele, é em Florença que surge a primeira biblioteca secular dos tempos modernos - a de San Marco - , e onde se sedimentava uma tradição, no seio da elite urbana e do governo municipal, de financiar professores e intelectuais os quais quisessem estudar os clássicos gregos e latinos<sup>65</sup>. Nas palavras do professor da Universidade de Princeton, “bem antes do nascimento de Maquiavel, a cidade já era o centro do novo estilo clássico de educação e erudição”<sup>66</sup>.

Com isso, notamos que Florença vivia, no início do século XVI, um momento de crescimento e estabilidade. Entretanto, a história recente, não era tão parecida assim. Durante boa parte do século XV, a narrativa foi de crise: o que se crê tê-la afastado de Veneza em termos de modernização e enriquecimento. A constatação é do próprio Maquiavel. Em sua História de Florença, o escritor versa sobre esses tempos

---

<sup>60</sup> GRAFTON, 2010, p. 28.

<sup>61</sup> SKINNER, Quentin. **Machiavelli**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2001. pp. 21-25.

<sup>62</sup> ADVERSE, Helton, 2006, p. 12.

<sup>63</sup> ARANOVICH, Patrícia, 2007, pp. 142-143.

<sup>64</sup> GRAFTON, Op. Cit., p. 31.

<sup>65</sup> Ibid. p. 32

<sup>66</sup> Ibid.



em detalhes. Pontuamos aqui alguns acontecimentos importantes como: as guerras com Milão e Nápoles, e também as inúmeras crises públicas ocorridas durante as administrações dos Médici.

Voltando a Grafton, é ele quem nos conta que no exílio, em uma propriedade rural próxima à Florença, Maquiavel começou a desesperar-se<sup>67</sup>. Por meio da análise de cartas trocadas entre Nicolau e um grande amigo, Francesco Vettori, o historiador estadunidense afirma que a exclusão da vida política afetava amargamente ao autor de *O Príncipe*<sup>68</sup>. Desse modo e movido pelo desejo de voltar à cidade, dedicou-se intensamente ao estudo, à leitura dos clássicos – em especial Aristóteles e Políbio –, e a escrever seus tratados. Sua intenção era a de que, após reconhecer sua astúcia e habilidade, os Médici oferecessem a ele um cargo em seu novo governo.

Ao lermos *O Príncipe*, percebemos que objetivo central da obra é oferecer conselhos práticos no que diz respeito a liderar e governar um Estado. A redação foi direcionada, segundo o próprio Maquiavel afirma no capítulo XXIV - intitulado *Cur Italiae principes regnum amiserunt* (Por que os príncipes da Itália perderam seus reinos) -, a novos príncipes, os quais, para ele, enfrentam os maiores desafios no poder<sup>69</sup>. Lê-se em *O Príncipe*:

Por que um príncipe novo é muito mais observado em suas ações que um hereditário; e, quando tais ações são consideradas virtuosas, conquistam muito mais os homens e os tornam muito mais obedientes que o sangue herdado: porque os homens são muito mais presos às coisas do presente que às do passado<sup>70</sup>.

É essencial notar que ele não estava interessado em se comunicar com velhos príncipes, ou seja, aqueles que herdaram estados. Na visão do filósofo florentino, se alguém herda um Estado e é incapaz de mantê-lo, então, essa pessoa é incompetente demais para ser digna de qualquer tipo de conselho. Os que precisam dos conselhos são aqueles que recém chegaram ao poder e precisam se parecer tão bem estabelecidos quanto os velhos príncipes. Pode-se encontrar no mesmo capítulo:

---

<sup>67</sup> GRAFTON, 2010, p. 30.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Príncipe*. Firenze: Felice Le Monnier, 1857. pp. 72-73

<sup>70</sup> Ibid. Loc. Cit., “Perché un Principe nuovo è molto più osservato nelle sue azioni, che uno ereditario; e quando le son cosciute virtuose, su guadagnano molto più gli uomini sono molto più gli obbligano, che il sangue antico: perché gli uomini sono molto più presi dalle così presenti che dalle passate”. Tradução nossa.

Desse modo, que esses nossos príncipes que perderam seus principados - à frente dos quais estiveram tantos anos -, não culpem a fortuna por isso, mas sua própria ignávia, uma vez que, não tendo jamais pensado em fazer mudanças nos tempos de paz (o que é um defeito comum entre os homens, não prever a tempestade na bonança), quando depois vieram tempos adversos, pensaram somente em fugir, e não em se defender, esperando que o povo, cansado da insolência dos vencedores, os chamassem de volta<sup>71</sup>.

Percebe-se que a obra possui o estilo retórico típico da cultura literária política renascentista, no qual são elencadas séries de exemplos as quais corroborem o argumento central do texto. É interessante perceber que Maquiavel escolhe exemplos de príncipes da antiguidade e de seu próprio tempo para sustentar sua argumentação. Reconstruir em paralelo à leitura do texto, e em detalhes, o contexto histórico acima exposto foi essencial à pesquisa, uma vez que é a partir desta experiência que Maquiavel elaborou seu universo conceitual e propôs soluções para as crises políticas de seu tempo.

Assim, após enfatizarmos que Maquiavel fazia parte de um grupo de pensadores Florentinos preocupados com o ideal republicano, gostaríamos de definir melhor o que entendemos nessa pesquisa por republicanismo. As definições que orientam nosso texto foram retiradas de Iseult Honohan e Philip Petit.

Para Honohan, o cerne da teoria republicana gira em torno da questão da liberdade entre seres humanos interdependentes. A autora afirma que esse fator tem sido uma preocupação para alguns pensadores desde a antiguidade clássica greco-romana. Desse modo, a ideia de que membros de uma comunidade política podem, juntos, decidir sobre os governos que os regem foi teorizada muitas vezes ao longo da história do pensamento político ocidental e ela constituiu uma tradição mais ou menos coerente. A esse movimento, anterior ao liberalismo, dá-se o nome de republicanismo. Além disso, ela salienta que as formulações republicanas têm por objetivo fornecer aos cidadãos as ferramentas para entrarem nas deliberações, pensarem o bem comum

---

<sup>71</sup> MACHIAVELLI, Niccolò, 1857, p. 73. “Pertanto, questi nostri Principi, i quali dimolti anni erano stati nel loro principato, per averlo dipoi perso, son accusino la fortuna ma la ignavia loro: perché non avendo mai ne’ tempi quieti pensato che posino mutarsi (il che è comune difetto degli uomini, non far conto nella bonaccia della tempesta), quando poi vennero i tempi aversi, pensarono a fuggirsi, non a difendersi; e separarono che i popoli infastiditi per la insolenza de ‘vincitori, gli richiamassero”. Tradução nossa.

e promover os interesses individuais à medida que também garantem os direitos coletivos<sup>72</sup>.

Já para Philip Petit<sup>73</sup>, a tradição republicana conecta-se com a liberdade e com o ideal comunitário. Muitas vezes, a tradição republicana valoriza e incorpora a si a participação democrática, mas isso não é obrigatório<sup>74</sup> (vide os modelos veneziano, pouco democrático, e florentino, mais democrático se comparado às outras repúblicas italianas da época). A definição de Petit, a qual dialoga com a de Honohan, parece-nos bastante apropriada e diz:

A tradição republicana, eu devo argumentar, compartilha com o liberalismo **a pressuposição de que é possível organizar um Estado e uma sociedade civil viável sobre alicerces que transcendam divisões religiosas**. Por esse aspecto, inclusive, muitos liberais dirão que a tradição pertence a eles próprios<sup>75</sup>.

Tendo em mente estas definições balizadoras da ideia de republicanismo, fomos capazes de acessar os textos maquiavelianos melhor embasados. Reforçamos aqui que tentar entender o continuum dessa tradição de pensamento foi a principal preocupação de Pocock e Skinner em boa parte de suas carreiras e que nossa empreitada foi muito menos ampla: queríamos apenas comparar apenas dois momentos desse longo fio de pensamento. Honohan frisa que Pocock se preocupou em sublinhar que esse caminho percorrido pela teoria republicana começou em Atenas e Aristóteles, passou por Maquiavel, que o modelou significativamente, avançou até Harrington e chegou à Revolução Americana, no século XVIII. Já Skinner, inicia suas reflexões falando de uma tradição com raízes em Roma, a qual atinge seu ápice na renascença e é relida no século XVII por autores como Harrington e Sidney<sup>76</sup>. Já em nossa pesquisa, optamos por centrar-nos exclusivamente em Maquiavel e Harrington e em dois conceitos recorrentes em seus escritos: virtude e fortuna. Portanto, além de, em nossa pesquisa, reduzirmos o escopo temporal de

<sup>72</sup> HONOHAN, Iseult, 2002, pp. 26-27.

<sup>73</sup> PETIT, Philip. **Republicanism: A Theory of Freedom and Government**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

<sup>74</sup> Ibid. p. 8.

<sup>75</sup> Ibid. pp. 8-9. "The republican tradition, as I shall argue, shares with liberalism the presumption that it is possible to organize a viable state and a viable civil society on a basis that transcends many religious and related divides. To that extent many liberals will claim the tradition as their own". Tradução nossa, grifo nosso.

<sup>76</sup> SKINNER, 1996, pp. 123-128.

análise, optamos por deixar de lado outros temas trabalhados por ambos os autores em suas extensas bibliografias, como é o caso da participação política, liberdade individual e dominação arbitrária. Nossa escolha do objeto e definição do problema da pesquisa se deu pelo fato de que tanto na obra de Pocock quanto de Skinner aparecem trechos que versam sobre virtude e fortuna, mas são sempre tópicos secundários. Ambos os autores preferem conceder mais atenção à temática da liberdade individual, o que abriu uma janela para a nossa contribuição.

Cumpramos enfatizar que essa dissertação também não tem a pretensão de fazer uma história dos conceitos utilizados por Harrington e Maquiavel, muito menos um mapeamento completo do arcabouço conceitual utilizado por ambos os autores. Esse não é um trabalho de história dos conceitos, apesar de nossa admiração por Reinhart Koselleck. Nosso objetivo é menos ambicioso e restringe-se a entender o uso das palavras-chave virtude e fortuna por Maquiavel e avaliar em que medida e como Harrington as reelaborou. Nossa empreitada e diálogo com as fontes foi muito inspirada em John Pocock, já que em seus textos ficou claro que o estudo de fontes primárias é melhor feito quando associado à reflexão conceitual e à História das Ideias. Entendemos aqui que as duas coisas se complementam e a apreensão da situação histórica na qual se inseriam os atores pesquisados tornou-se imprescindível à análise dos documentos, em especial no tocante à linguagem empregada e significação das palavras presentes neles. O que fazemos é reconhecer que somente por meio de seus escritos fomos capazes de perceber que a questão chave para o entendimento da autorregulação cívica, como elaborada por Maquiavel e Harrington, foi colocar em perspectiva as liberdades individuais. Tanto para o intelectual florentino quanto para o inglês setecentista, a autorregulação só configuraria uma possibilidade viável de alternativa ao poder soberano (real ou imperial) se o líder republicano fosse capaz de controlar o grau de liberdade dado a seus pares. Esse manejo teria como objetivo não comprometer sua estabilidade, sua posição de liderança. E o sucesso nessa tarefa só se faria possível por meio do uso adequado da virtude do líder.

Sobre a vida de James Harrington, podemos dizer que é extremamente mal documentada. Pouco se sabe sobre o autor além daquilo que está em seus escritos. Nascido em 1611, o homem que se tornou um dos primeiros teóricos do republicanismo inglês frequentou durante pouco tempo uma instituição de educação

formal<sup>77</sup>. Não há registros de que tenha cursado uma escola básica e sabe-se apenas de sua breve passagem de dois anos pela Universidade Oxford, a qual abandonou sem diploma. Sua obra-prima, *The Commonwealth of Oceana*, foi publicada em 1656, em um período de grave turbulência política.

Sobre esse momento, David Hume - um dos principais representantes do Iluminismo Escocês, em sua *História da Inglaterra*, publicada entre 1754 e 1762 -, nos diz que:

Difícilmente as maneiras de um povo poderiam ser alteradas de modo tão súbito e completo como as da nação inglesa durante as guerras civis. E que, “de repente, passaram de tranquilidade, concórdia, submissão e sobriedade para facção, fanatismo, rebelião e quase frenesi.”<sup>78</sup>

Podemos dizer que 1641 é o marco de uma crise sem precedentes na História da Inglaterra: o estouro da discórdia civil. Entre 1642 e 1651, período de duração das três Guerras Civis Inglesas, a ilha da Grã-Bretanha se viu inserida em uma sequência de conflitos armados extremamente sangrentos<sup>79</sup>. Em linhas gerais, eles opuseram os defensores do Parlamento, os cabeças-redondas, e os defensores do Rei, os cavaleiros. Afirma-se que, nesse interregno de nove anos, predominou a incerteza quanto ao legítimo detentor da autoridade política no país<sup>80</sup>. Portanto, notamos que em meados do século XVII, o vácuo de poder supramencionado foi o ambiente fértil para que concorresse uma série de discursos e teorias políticas com objetivo de preenchê-lo. Reflexões monárquicas, anárquicas e também de cunho republicano, como é o caso de *Oceana*, conquistaram espaço e ressonância.

Não obstante, o que faz do texto de Harrington uma obra singular é o fato de que ela se insere na literatura política inglesa utópica do século XVII. Claro que não se pode lê-la com o mesmo olhar o qual se acessa a Thomas Morus ou Francis Bacon já que *Oceana* é, em muitos momentos, uma ficcionalização de uma bastante reconhecível Inglaterra. As duas primeiras guerras foram resultado da oposição entre

---

<sup>77</sup> HILL, Christopher. James Harrington and the People. In: **Puritanism and Revolution: Studies in the Interpretation of the English Revolution of the 17<sup>th</sup> Century**. New York: St. Martin's Press, 1997. pp. 272-274.

<sup>78</sup> HUME, David [1778]. *The Commonwealth*. In: **A History of England: From the Invasion of Julius Caesar to The Revolution in 1688**, vol. 6. Indianapolis: Liberty Classics, 1983. p.22.

<sup>79</sup> KISHLANSKY, Mark. **A Monarchy Transformed: Britain 1603-1714**. London: Penguin, 1996. pp. 137-147.

<sup>80</sup> Id., Ibid.

a cúpula do rei Carlos I (executado em 1649) e dos defensores do Longo Parlamento. Bastante utilizado, o termo Longo Parlamento pode descrever três momentos distintos da história inglesa. Na pesquisa, versaremos sobre o parlamento que existiu por oito anos (1640-1648), durante as guerras, o qual jamais foi legalmente dissolvido.

Já o terceiro conflito, pôs frente a frente a cúpula do sucessor Carlos II e os defensores do parlamento do *Rump*<sup>81</sup>. Muito referenciado nos textos de Harrington, o período no qual vigorou o *Rump Parliament* é um dos mais críticos da história local. Entende-se como *Rump* qualquer composição parlamentar que se dá para suceder, muitas vezes ilegalmente, o parlamento legalmente eleito. Isso aconteceu em 1648, quando o *New Model Army*<sup>82</sup>, liderado por Oliver Cromwell, começou a triunfar nas batalhas civis. O *Rump* foi instaurado com a execução de Carlos I e a abolição da monarquia<sup>83</sup>. Foram os *rumpers*, como ficaram conhecidos esse grupo de parlamentares, que instauraram uma república na Inglaterra<sup>84</sup>. E essa república tinha um líder: Oliver Cromwell.

Uma das figuras mais controversas da história inglesa, Cromwell cresceu no meio da gentry e desde cedo mostrou aptidão para as carreiras política e militar<sup>85</sup>. Notamos que na própria historiografia, as opiniões acerca de Cromwell oscilam de um extremo a outro: intelectuais como David Hume<sup>86</sup> e Christopher Hill<sup>87</sup> o descreveram como um ditador regicida; já Thomas Carlyle<sup>88</sup> o entende como um herói libertador.

No âmbito político, Cromwell se mostrou muitas vezes um defensor da república. Pode-se dizer que ele foi responsável pela instauração do *Rump* em Londres. O governo parlamentarista do *Rump* vigorou entre 1649 e 1653 e foi dissolvido pelo mesmo Cromwell que o promoveu<sup>89</sup>. Mark Kishlansky argumenta que isso se dava porque nem sempre as deliberações aconteciam como ele queria<sup>90</sup>. É a partir de atitudes como essa que a figura cromwelliana deixa de ser associada com a

---

<sup>81</sup> KISHLANSKY, Mark, 1996, pp. 187-189.

<sup>82</sup> Id., Ibid. pp. 184; 187-189.

<sup>83</sup> Id., Ibid.

<sup>84</sup> Id., Ibid.

<sup>85</sup> Id., Ibid. pp. 154; 191-192.

<sup>86</sup> HUME, David, 1983, pp. 55-59.

<sup>87</sup> HILL, Christopher. Recent Interpretations of The Civil War. In: **Puritanism and Revolution: Studies in the Interpretation of the English Revolution of the 17<sup>th</sup> Century**. New York: St. Martin's Press, 1997. pp. 9-10.

<sup>88</sup> CARLYLE, Thomas. **Past and Present**. London: J.M. Dent & Sons, 1966. p. 161.

<sup>89</sup> KISHLANSKY, Mark, Op. Cit., pp. 187-189; 204-205.

<sup>90</sup> Id., Ibid. p. 204.

república e passa a relacionar-se com a ditadura. Conhecer Oliver Cromwell e sua postura diante dos acontecimentos das décadas de 1640 e 1650 auxilia bastante a compreensão do universo conceitual harringtoniano: em especial, sua definição de virtude e fortuna. Isto porque, várias metáforas encontradas no texto de James Harrington fazem alusão a Cromwell. O próprio Harrington tinha duas opiniões distintas sobre o Lorde Protetor da Inglaterra.

Em primeiro lugar, admirava o Cromwell republicano, aquele que ajudou a estruturar o *Rump* e lutou ao lado da gentry. É crucial frisar que Oliver Cromwell era um gentleman e defendia uma participação mais ativa dos gentlemen no governo e defendia seus direitos. Na visão de Harrington, o Cromwell que lutou nas campanhas escocesa e irlandesa reunia as características essenciais a um bom príncipe: era um gentleman, carismático, ligado à terra, ao exército e à política. Contudo, a crítica a Cromwell surge a partir da percepção de que em um determinado momento se deixou corromper pelos reveses da fortuna.

Segundo Eunice Ostrensky, em sua interpretação de *Oceana*, é possível perceber, no Prólogo, que ela está endereçada a sua alteza, Lorde Protetor<sup>91</sup>. Entretanto, ponderamos que a chegada de Cromwell como personagem da obra aconteça apenas no final da primeira parte do escrito, quando começa a atender pela alcunha de Olphaus Megaletor, o capitão vitorioso e patriota sem comparações<sup>92</sup>. A ele, Harrington reconhece como um grande mestre da prudência antiga, isso por ter recorrido como inspiração para suas decisões aos sábios ensinamentos dos Discursos ou Comentários, de Maquiavel. Com o início da segunda parte do livro, percebemos a autoproclamação de Cromwell como único legislador de *Oceana*<sup>93</sup>. Aqui, há uma metamorfose: Harrington passa a se referir a ele não mais como Olphaus Megaletor, mas sim como Lorde Archon<sup>94</sup>. E é Archon quem lidera a passagem de um modelo monárquico para a república, incorporando a si a virtude de Moisés e Licurgo, ao proclamar "de uma vez só a república inteira"<sup>95</sup>.

A compreensão do universo conceitual harringtoniano só é possível a partir do entendimento do contexto no qual o autor esteve inserido. E esse contexto deve

---

<sup>91</sup> OSTRENSKY, Eunice. As várias faces de um ator político. In: **Revista Latinoamericana de Filosofia**, vol. XXXVII No 2., 2011. p. 169-172.

<sup>92</sup> Id., Ibid.

<sup>93</sup> Id., Ibid.

<sup>94</sup> Id., Ibid.

<sup>95</sup> Id., Ibid.

ênfatizar a presença de Oliver Cromwell na cena política. Segundo Pocock, todas as teorias republicanas surgidas na Inglaterra na segunda metade do século XVII, de alguma forma, enfocam o papel e a postura de Oliver Cromwell como um importante ator político da época<sup>96</sup>. Além disso, ainda segundo Pocock, todas argumentam em favor da ideia de que o regime republicano era o único adequado à Inglaterra e que o Protetorado seria responsável por seu fracasso ou sucesso<sup>97</sup>. A pesquisa entende James Harrington como o primeiro humanista cívico da Inglaterra. O pensador inglês elaborou uma obra que analisou a história local por meio de uma linguagem e visão de mundo herdadas de Nicolau Maquiavel.

Por fim, cumpre destacar também que pesquisa desenvolvida no mestrado é o aprofundamento de uma investigação iniciada durante o período de graduação. O primeiro contato com a obra de James Harrington aconteceu em um projeto de iniciação científica. O trabalho, inscrito no edital de iniciação científica do biênio 2011-2012 foi premiado com menção honrosa. O texto proporcionou maior compreensão não só do pensamento harringtoniano, mas de toda uma tradição republicana que surgiu em solo inglês em meados dos anos 1600.

Na mesma perspectiva, ao fim da graduação foi escrito um trabalho de conclusão de curso sobre um outro desdobramento do republicanismo inglês: o pensamento de Henry Vane. O texto, intitulado *O Republicanismo Cívico na Inglaterra: James Harrington e Henry Vane*, se propôs a comparar as formulações republicanas dos dois autores.

Para a pós-graduação, o objetivo tem sido mais amplo, como já dito anteriormente: recuar praticamente um século e perceber a releitura feita por James Harrington de Nicolau Maquiavel. Em repetidos trechos de suas obras, Harrington citou Maquiavel e se apropriou de seus conceitos, utilizando-os nem sempre com a mesma carga semântica. Dois exemplos claros são os usos de virtude e fortuna.

Como já colocado na apresentação ao tema, o entendimento dos contextos históricos e políticos das Repúblicas de Florença e Veneza, no final século XV e início do XVI, assim como das Guerras Cívicas Inglesas, meados do século XVII, tem permitido melhor compreensão das ideias maquiavelianas e das reelaborações harringtonianas.

---

<sup>96</sup> POCOCK, 1975, pp. 375; 378-379.

<sup>97</sup> Ibid.



## 2. VIRTUDE E FORTUNA EM NICOLAU MAQUIAVEL

Mesmo tendo morrido há praticamente meio século, Nicolau Maquiavel ainda tem seu nome intimamente ligado ao pensamento duvidoso e ao exercício da má fé na prática política. Entretanto, após longa trajetória de pesquisa, tendemos a crer que o pensador florentino merece ser lembrado pelo seu corajoso ataque às presunções morais de seu tempo, repletas de valores cristãos, no contexto da Renascença filosófica nas cidades-estado italianas, em especial Florença e Veneza, no início do século XVI.

Maquiavel é famoso por alguns trabalhos, dentre os quais destacam-se *O Príncipe* e *Os Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Ambos os textos abordam a complexidade e a imprevisibilidade dos sistemas de poder e dos seres que os habitam diante da ação da fortuna, do acaso. Apesar do fatalismo intrínseco às obras, nenhuma delas possui um tom conformista. Muito pelo contrário: ambas mostram como se pode responder criticamente às questões impostas pela política, pelo destino e pelo tempo. Inclusive, os dois textos propuseram vários caminhos para se solucionar as crises e problemas contemporâneos à sua escrita. Por isso, o objetivo central deste capítulo será demonstrar de que forma os conceitos de virtude e fortuna tornam-se operativos na literatura maquiaveliana e em que medida servem de ferramenta para que o autor desenvolva sua teoria.

Iniciamos a reflexão destacando que Quentin Skinner afirma que o primeiro e mais fundamental movimento que os humanistas cívicos renascentistas fizeram em direção à uma teoria política foi incorporar às suas elaborações o conjunto de valores e assunções ciceronianas que se reuniam na palavra *virtus*, a qual traduz-se para Português como virtude<sup>98</sup>. Em Cícero, essa palavra demonstrava que por meio da educação correta, ou seja, aquela que incorporasse estudos amplos de retórica e filosofia, era possível desenvolver nos homens o máximo de excelência<sup>99</sup>. Maquiavel concordava com o pensador romano e defendia um modelo educacional promotor de virtude por meio do qual seria possível aos homens de seu tempo antever e controlar os reveses do acaso, da fortuna<sup>100</sup>. Segundo Skinner, a visão moralista maquiaveliana

---

<sup>98</sup> SKINNER, Quentin, 1996, pp. 123-127.

<sup>99</sup> Ibid.

<sup>100</sup> Ibid.

se apoiava na forma romana antiga de ver a fortuna, isto é, como sendo a força da randomicidade sobre os seres humanos<sup>101</sup>.

A empreitada de compreensão de o que Maquiavel quis dizer por virtude e fortuna revelou-se uma tarefa extremamente complexa visto que em nenhum momento tanto em *O Príncipe*, quanto nos *Discursos*, o pensador florentino nos oferece uma definição precisa das palavras que utiliza. Skinner argumenta que não fazia parte de estilo maquiaveliano definir conceitos com precisão, diferente do que acontecia, por exemplo, em Thomas Hobbes<sup>102</sup>. E, para o professor da Universidade de Cambridge, um leitor de Maquiavel tem de estar atento a este fato, a essa vaguidão definicional, para que o trânsito pelas obras aconteça de maneira mais confortável. Certamente, é um desafio que Maquiavel nos impõe, mas não é algo que torna sua compreensão impossível. Notamos ao longo da leitura das obras que a definição de fortuna se repete bastante, sempre conectada à força do acaso, do imprevisível; porém, a ideia de virtude transmuta-se nos dois textos. Em *O Príncipe*, todas as vezes que o termo se repete, está ligado às qualidades que o príncipe deveria ter para manter seu Estado; já nos *Discursos*, o termo conecta-se às características que deveriam aparecer reunidas nos cidadãos que submetidos à uma educação e religião cívica agiriam em prol da sustentação do regime republicano de poder, uma vez que perceberiam que somente este modelo, diante de todos os outros já experimentados pela humanidade em um passado exemplar, oferece aos seres humanos a oportunidade de serem livres, no sentido mais amplo da palavra; ou seja, diante de um tirano centralizador e invasores externos.

*O Príncipe* pode ser resumido como o tratado retórico político no qual o autor aconselha príncipes – ele não está interessado em advertir monarcas, cônsules ou doges – sobre como devem se educar para manter seus Estados diante dos reveses da fortuna. Apesar de em vários momentos do texto, Maquiavel deixar transparecer sua admiração pela forma republicana de poder, o texto não pretende ser um manifesto em favor da mesma. É, na verdade, algo bem distante. O pensador florentino afasta-se de suas crenças republicanas e reflete sobre as ferramentas que podem levar principados a prosperar. A leitura de autores como Pocock e Skinner nos faz desconfiar que o tom despótico de *O Príncipe* se dá mais porque Nicolau Maquiavel desejava fazer-se percebido pelos príncipes de seu tempo, em especial os herdeiros

---

<sup>101</sup> SKINNER, Quentin, 1996, p. 123-127.

<sup>102</sup> Ibid.

Médici, que acabavam de retornar, à data da publicação da obra, à cena florentina do poder. A família Médici via o ex-diplomata e funcionário público como um traidor e isso afligia a Maquiavel, quem desejava profundamente retornar à administração local. Segundo Skinner, por meio da leitura de cartas do pensador italiano a seu amigo Francesco Vettori, Maquiavel estava entristecido no isolamento e *O Príncipe* indica ser um resultado dessa tristeza<sup>103</sup>. Tanto Pocock quanto Skinner argumentam que, apesar de *O Príncipe*, Maquiavel não era um déspota, mas sim, um republicano. O livro de 1513 é mais um desdobramento dos eventos conturbados de sua vida do que uma profissão de fé<sup>104</sup>.

Maquiavel deixa claro em *O Príncipe* que não deseja fazer uma discussão republicana, restringindo-se a comentar apenas os principados. Nesse contexto, a virtude tratada é aquela inerente aos líderes, aos príncipes. Já nos *Discursos*, ele aproxima-se de uma teoria republicana e nos parece que aqui a virtude é elaborada no sentido de sustentá-la, já que ela passa a ser o principal valor capaz de garantir a liberdade, que é, por sua vez, o pressuposto central da estabilidade política. A virtude dos *Discursos* não é individual, é coletiva. Além disso, seus *Discursos* comparam as estratégias políticas adotadas na República Romana com as utilizadas na República de Florença, o texto serve como um aconselhamento aos que ainda acreditam no retorno de uma república alicerçada sobre o civismo à Florença. Na obra, ele faz referências aos historiadores antigos Salústio<sup>105</sup> e Tito Lívio<sup>106</sup>. Em suma, Os *Discursos* aparentam comparar o sucesso de Roma ao declínio de Florença.

A importância de *O Príncipe* para a nossa pesquisa se dá uma vez que é aqui que o autor nos apresenta a discussão mais extensa sobre a virtude. Apesar de ser um texto relativamente curto, a palavra surge pouco mais de sessenta vezes em italiano e uma vez em latim, na forma *virtus*, mais precisamente no capítulo VI da obra<sup>107</sup>. Levando em consideração a extensão do texto, isso significa uma ocorrência da palavra em média uma vez por página. Assim, as páginas a seguir se destinam à uma explicação detalhada de o que Maquiavel quis dizer por virtude e como ele utilizou a

---

<sup>103</sup> SKINNER, 2001, PP. 23-28.

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1532], 1857, p. 154; 252

<sup>106</sup> Ibid. São várias as alusões ao historiador romano Tito Lívio ao longo do texto. Entretanto, elas se fazem mais constantes ao longo dos livros terceiro e quarto.

<sup>107</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 13-15.

terminologia durante a obra. Entendemos que somente a partir de uma compreensão abrangente do uso maquiaveliano, poderemos chegar ao uso harringtoniano.

Em linhas gerais, a ideia de virtude apresentada no livro refere-se às qualidades necessárias a um governante para manter sua posição política. Segundo autores como Honohan e Pocock, em *O Príncipe*, ela se difere das formas aristotélicas e ciceronianas de excelência plena, caracterizando uma reelaboração bastante original e audaciosa para seu tempo<sup>108</sup>. Nesse mesmo texto, Maquiavel também descreve a fortuna. Ele a compara a uma deusa, uma mulher, o lado feminino da vida humana, que deve ser controlado intensamente para que o príncipe obtenha sucesso político<sup>109</sup>. Dentre as qualidades que somadas resultariam nesse valor maior, a virtude dos príncipes, estão: sucesso militar, coragem, assertividade e reatividade<sup>110</sup>. Um príncipe bem sucedido é capaz de fazer o que for necessário para atingir seus propósitos e garantir a estabilidade política. Maquiavel também deixa muito claro que sua elaboração do que é a virtude afasta-se do que o pensamento cristão vê como tal. A virtude do príncipe, muitas vezes, pede que ele se afaste do que é convencionalmente visto como algo positivo. Por exemplo, ser honesto e humilde, manter promessas a todo custo, mostrar generosidade a todos e compaixão por inimigos são coisas admiráveis, sem dúvidas; mas, podem levar ao desastre político<sup>111</sup>. O príncipe maquiaveliano deve aprender a não ser virtuoso no sentido convencional, cristão, da palavra<sup>112</sup>. Ser amado é menos importante que ser temido e o príncipe virtuoso deve estar pronto para ser cruel, se isso se fizer necessário<sup>113</sup>. Todo príncipe, assim como todo cidadão, almeja alcançar a glória<sup>114</sup>.

Nesse sentido, auxiliados pelo historiador inglês John Pocock<sup>115</sup>, prosseguimos a pesquisa tendo em mente que virtude não compunha meramente uma qualidade no

<sup>108</sup> POCOCK, 1975, pp. 156-182; HONOHAN, 2002, pp. 43-72.

<sup>109</sup> Um estudo de Hanna Fenichel Pitikin, publicado pela primeira vez na década de 1980, dedica-se a descrever a visão de gênero presente em Maquiavel. Segundo Pitikin, era comum para o pensador florentino associar as qualidades inerentes ao príncipe à masculinidade e conectar a ideia de fortuna ou de tudo que é imprevisível, randômico e que precisa ser dominado pela sagacidade humana ao feminino. cf. PITIKIN, Hannah. **Fortune Is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli**. Berkeley: University of California Press, 1984, pp. 109-172.

<sup>110</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 43-45.

<sup>111</sup> Ibid. pp. 47-48.

<sup>112</sup> Ibid.

<sup>113</sup> Ibid. pp. 49-51.

<sup>114</sup> Ibid.

<sup>115</sup> POCOCK, Op. Cit., pp. 34-38.

singular, mas um conjunto de qualidades, um amontoado de valores, que permitem ao ser humano inserido em um sistema político controlar, diminuir, o poder da fortuna que é, segundo Maquiavel, a ação da sorte, boa ou má, que existe nas relações de poder. É importante frisar que o pensador italiano acredita ser impossível se livrar do elemento da sorte quando se fala em política e governança. Nessa linha, acreditamos que nosso grande mérito de pesquisa foi perceber que parece ter havido, para Maquiavel, dois tipos de virtude distintos, um que aparece em *O Príncipe* e outro visível nos *Discursos*. A virtude do príncipe estaria ligada à sua habilidade de se manter no poder, enquanto a virtude elaborada nos *Discursos* seria uma espécie de virtude cívica, de todos os cidadãos que integram um sistema republicano de governo. É crucial notar que ambas as virtudes conectam-se com a ideia de fortuna, mas que ela parece ter uma influência muito maior sobre a virtude dos príncipes, tornando-se nesses contextos uma espécie de antônimo da virtude. Já sobre a virtude cívica, o par de oposição estaria completo ao colocar em perspectiva de oposição a palavra corrupção, que já aparece brevemente descrita em Maquiavel, mas não é o foco dessa pesquisa. Até por isso, neste capítulo, ocupamo-nos mais de discorrer acerca da virtude do que da fortuna, dado o peso e complexidade maiores que a primeira possui na obra de Maquiavel.

Apesar de termos notícia da participação de Nicolau Maquiavel na vida política florentina apenas a partir de 1498<sup>116</sup>, pode-se compreender um pouco de sua erudição e aptidão para os cargos que exerceu ao se conhecer melhor seu passado. Nascido em 1469, o filho de Bernardo Maquiavel esteve durante boa parte de sua vida inserido no contexto de uma *studia humanitatis*<sup>117</sup>. O termo se refere à filosofia educacional que circulava na cidade de Florença, desde o século XIV. Essa forma de pensar a educação derivava do pensamento romano, em especial de Cícero, cujos ideais pedagógicos foram reavivados pelos humanistas italianos do *quattrocento*<sup>118</sup>. Sobre isso, em sua biografia de Maquiavel, Quentin Skinner afirma:

Eles [os mestres inseridos na lógica do *studia humanitatis*] esperavam que seus estudantes iniciassem com domínio pleno do Latim, prosseguindo à prática da retórica e imitação dos estilos

---

<sup>116</sup> SKINNER, 2001, p.1.

<sup>117</sup> Ibid. p. 3

<sup>118</sup> Ibid.

clássicos mais sofisticados e completassem seus estudos com uma leitura atenta de história antiga e filosofia moral<sup>119</sup>.

Skinner, apoiando-se em Cícero, coloca que: “essas disciplinas alimentavam os valores que eram necessários para que se servisse bem a um país”<sup>120</sup> e, em seguida, lista-os: “vontade de sobrepor os interesses públicos aos privados; desejo de lutar contra a corrupção e a tirania; e, ambição para que se atinja o objetivo mais nobre de todos – a honra e a glória nacional”<sup>121</sup>. Estas últimas, as quais estavam intrinsecamente ligadas à honra e à glória pessoais, fundindo-se com as nacionais na realização plena do ser, que por sua vez só ocorreria a partir do serviço à nação. Ainda segundo Skinner, conforme esses valores foram se tornando cada vez mais intrincados na cultura florentina, sendo transmitidos especialmente nas escolas e nas universidades frequentadas por famílias de intelectuais e burocratas, a administração passou a contar com seus humanistas mais proeminentes para ocupar os cargos mais prestigiosos do governo local<sup>122</sup>. Uma vez que o pai de Nicolau, Bernardo Maquiavel, era advogado e estudante entusiasmado das humanidades, não é de surpreender que o filho tenha entrado tão cedo, com pouco menos de 30 anos, para o serviço público<sup>123</sup>.

Notamos que tanto *O Príncipe* quanto os *Discursos* contém reflexões obtidas a partir do serviço de Maquiavel à República de Florença, em especial nas viagens realizadas no período em que esteve no serviço diplomático. Passagens que provam isso aparecem nos capítulos VII e XXIII de *O Príncipe*, referenciados a seguir.

O primeiro capítulo importante para nós é o VII, cujo título é *Dos principados novos que são conquistados por armas alheias e pela fortuna*<sup>124</sup>. Sua importância se dá já que, nesse trecho da obra, Maquiavel oferece uma boa definição do que entende por fortuna. E esse balizamento surge a partir de uma análise da postura de César Bórgia. Sabemos, por Skinner, que em 1501 Maquiavel foi enviado em missão às fronteiras florentinas em virtude de uma nova ameaça: o expansionismo do Duque da Romanha, César Bórgia<sup>125</sup>. Nomeado por seu pai, o Papa Alexandre VI, Bórgia

---

<sup>119</sup> Ibid. pp. 3-4 They expected their students to begin with the mastery of Latin, move on to the practice of rhetoric and the imitation of the finest classical stylists, and complete their studies with a close reading of ancient history and moral philosophy. Tradução nossa.

<sup>120</sup> Ibid.

<sup>121</sup> Ibid.

<sup>122</sup> Ibid, p.5.

<sup>123</sup> Ibid. pp. 6-7.

<sup>124</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 49-51.

<sup>125</sup> SKINNER, Op. Cit., pp. 9-12.

cultivava apreço pelo poder e liderou uma série de expedições ambiciosas, as quais tinham como objetivo principal aumentar sua órbita de influência na região<sup>126</sup>. Segundo Skinner, inicialmente, Maquiavel encontrava-se fascinado pelo poder de ação do novo Duque, todavia, logo em seguida, notou que seu sucesso havia se dado principalmente por boa sorte, boa fortuna, e não pelas suas qualidades ou capacidade de liderança. Maquiavel concluiu que homens que herdaram o poder, ao invés de conquistá-lo e, além disso, saem em empreitadas expansionistas sem antes consolidarem em si a habilidade para liderar, estão fadados ao fracasso<sup>127</sup>. Encontra-se nesse capítulo da obra maquiaveliana suas impressões desses casos e em determinado ponto ele usa Bórgia como exemplo:

Aqueles que passam de homens privados a príncipes exclusivamente por obra da fortuna, conseguem-no com pouco esforço, **mas com muito custo se mantém**; não encontram nenhum obstáculo no caminho já que o sobrevoam: mas todas as dificuldades nascem depois que são empossados. **Eles chegam ao poder quando lhes é concedido um Estado por algum interesse econômico ou graças ao favor de quem concede**<sup>128</sup>.

Em continuidade, asseveramos que essa é talvez a primeira passagem, no decurso de *O Príncipe*, da qual podemos aferir com mais precisão o que Maquiavel quer dizer com fortuna e concluímos que, se comparada a definição maquiaveliana ao uso antigo, há pouca sofisticação por parte do pensador renascentista. Corroboramos isso a partir da leitura de John Pocock. Segundo o historiador inglês: fortuna era definida no mundo antigo como o poder da contingência, a força do acaso e a qual simboliza a pureza, a ausência de controle sobre os fatos e legitima o papel da aleatoriedade sobre a vida humana<sup>129</sup>. Portanto, nesses termos, a política era pensada como a arte de lidar com contingências, algumas vezes boas, outras ruins. Desse modo, Pocock atenta-nos para o fato de que:

---

<sup>126</sup> SKINNER, 2001, pp. 9-12.

<sup>127</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 49-51.

<sup>128</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 19: “Coloro i quali solamente per fortuna diventano di privati principi, con poca fatica diventano ma con assai si mantengono. E non hanno difficoltà alcuna tra via perché vi volano. Ma tutte le difficoltà nascono da poi vi sono posti. E questi tali sono quelli à chi è concesso alcuno stato o per denari o per grazia”. Tradução nossa.

<sup>129</sup> POCOCK, 1975, p. 156.

Ao passo que o sistema político deixa de ser visto como algo universal e passa a ser encarado em sua particularidade, torna-se difícil fazer isso [controlar o papel da fortuna]. **A república somente é capaz de dominar a fortuna se integrar seus cidadãos em uma *universitas* autossuficiente**, mas isso, por sua vez, depende do cidadão participante e moralmente alinhado. O declínio da cidadania, leva à ascensão da fortuna<sup>130</sup>.

Nesse sentido, Maquiavel parece não reelaborar com tanta intensidade, como faz com a ideia de virtude, o entendimento de fortuna. Ela parece continuar sendo a contingência, o acaso, o papel da sorte. Isso se confirma ainda no capítulo VII de *O Príncipe*, quando o ex-diplomata diz que César Bórgia era um homem que não sabia lidar com a “malignidade extraordinária e extrema da fortuna”<sup>131</sup>. Como para o intelectual de Florença, a fortuna poderia ser de duas formas, boa ou má, assume-se que a boa foi a que deu a Bórgia o poder, o principado, já que ele foi coroado por seu pai, o Papa Alexandre; enquanto a má foi a de que, no curso de sua empreitada expansionista, ele enfrentou adversidades, resistências, com as quais não soube lidar, pois não as estava acostumado a delas provar<sup>132</sup>. Isto porque o poder chegou a si com extrema facilidade, sem nenhum esforço por parte do príncipe coroado. Consequentemente, Bórgia não soube lidar com os revezes da fortuna e, ao primeiro obstáculo por eles imposto, colapsou.

Prosseguimos nessa linha argumentativa, de que Maquiavel não reelabora com tanta veemência – se comparado aos antigos – o conceito de fortuna, recorrendo ao capítulo XXIII de *O Príncipe*. Intitulado *Como escapar aos adúladores*<sup>133</sup>, este trecho específico da obra tem como objetivo discutir a necessidade de que príncipes ouçam a bons conselhos e sejam capazes de filtrar o que é positivo do que é negativo. Nesse capítulo, especificamente, Nicolau Maquiavel coloca lado-a-lado as ideias de fortuna e providência e tem como estudo de caso a situação do imperador Maximiliano I. Sabemos por Skinner que, no final da primeira década do século XVI, Maquiavel foi designado para uma missão diplomática no seio do Sacro Império Romano-

---

<sup>130</sup> POCOCK, 1975, p. 156: “In proportion as the political system ceases to be a universal and is seen as a particular, it becomes difficult for it to do this. The republic can dominate fortuna only by integrating its citizens in a self-sufficient universitas, but this in turn depends on the freely participating and morally assenting citizen”. Tradução nossa.

<sup>131</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 19-20.

<sup>132</sup> Ibid.

<sup>133</sup> Ibid, pp. 70-72.



Germânico<sup>134</sup>. Nesse momento, percebeu que a fortuna colocou ao lado de Maximiliano uma série de conselheiros, alguns deles adutores do imperador, por sua posição prestigiosa. Essa contingência poderia ter se tornado algo bom, desde que o imperador tivesse sido capaz de filtrar os bons dos maus conselhos, os conselheiros dos adutores. Na visão de Maquiavel, Maximiliano era flexível demais e por isso era constantemente enganado<sup>135</sup>. O imperador não pôde perceber que a sorte lhe deu boas e más pessoas e confiou piamente em todas elas, o que tornou seu reinado curto, quando comparado ao que poderia ter sido<sup>136</sup>.

Segundo o escritor florentino:

Não quero deixar para trás um ponto importante, um erro do qual os príncipes dificilmente sabem defender-se, a menos que sejam muito prudentes e façam boas escolhas. Refiro-me aos adutores, dos quais as cortes estão repletas: pois os homens se comprazem tanto com suas coisas, e de tal modo se enganam com elas, que com dificuldade defendem-se dessa peste. E caso queiram defender-se, correrão o risco de serem desprezados<sup>137</sup>.

Desse modo, a passagem acima é mais uma que corrobora nossa noção inicial de que a ideia de fortuna está conectada à aleatoriedade, casualidade do destino. E que, de mais a mais, que ela pode ser controlada por meio da prudência, em especial no caso de Maximiliano I.

Um último ponto que gostaríamos de enfatizar quando trabalhamos o conceito de fortuna é o fato de que ela pode oferecer algo importantíssimo ao príncipe: a ocasião<sup>138</sup>. O termo original nos textos maquiavelianos é: *occasione*. E, assim como a própria ideia de fortuna, tem um papel muito maior à compreensão de *O Príncipe* do que dos *Discursos*. Peso este que se reflete na escrita deste capítulo. Em nosso trabalho, enfatizamos o papel da ocasião na fortuna do príncipe e não do povo. E, além disso, essa será a palavra que nos permitirá concatenar as ideias de virtude e

---

<sup>134</sup> SKINNER, 2001, pp. 16-17.

<sup>135</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 70-72.

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> Ibid, p. 70: “Non voglio lasciare indietro un capo importante ed un errore dal quale I Principi con difficoltà si difendono, se non sono prudentissimi, o se non hanno buona elezione. E questo è quello degli adulatori; degli quali le corti son piene, perché gli uomini si compiacciono tanto nelle cose lor proprie ed in modo vi s’ingannano, che con difficoltà si difendono da questa peste; ed a volersene difendere si porta pericolo di non diventare contennendo”. Tradução nossa.

<sup>138</sup> POCOCK, 1975, p. 168. Uma descrição mais detalhada da idéia aparece nas páginas 169, 170 e 171.

fortuna como par conceitual, sempre interpretados em perspectiva de oposição semântica, na obra maquiaveliana de 1513.

Após um mapeamento detalhado dos textos do pensador florentino, notamos que a palavra *occasione* aparece cerca de quarenta vezes nas obras supracitadas, sendo que quase metade das ocorrências se dá em *O Príncipe*, texto bem mais curto do que os *Discursos*. Isto porque o que o pensador florentino entende como ocasião refere-se, principalmente, à oportunidade, ao momento correto de agir, de tomar o poder. Uma prerrogativa costumeiramente dada aos príncipes. Ele ainda diz que isso é uma parte integrante da sorte, da fortuna. Sem isso, você nunca será bem-sucedido como líder político. Nesse nível a fortuna se faz inexorável, sempre presente e é melhor compreendida sob essa ótica. Lê-se em Maquiavel:

E, examinando suas ações e suas vidas [de Moisés, Ciro e Rômulo], **nota-se que eles não tiveram da fortuna nada mais do que a ocasião**, a qual lhes forneceu matéria para moldá-la segundo a forma que lhes pareceu melhor; e, sem essa ocasião, a virtude de seus espíritos se extinguiria, **assim como, sem a virtude, a ocasião teria sido vã**<sup>139</sup>.

Pode-se inferir do trecho acima que o acaso coloca diante dos príncipes as ocasiões de se agir, tomar o poder, mas é necessário que o príncipe consiga, prudentemente, examinar quais ocasiões devem ser abraçadas e quais podem colocá-lo em perigo. Daqui emerge, pela primeira vez em *O Príncipe*, o conceito focal de nossa pesquisa: a ideia de virtude. Para Maquiavel, somente por meio da virtude é possível vislumbrar, selecionar e abraçar as oportunidades<sup>140</sup>. Ao discutir os casos de Moisés, Ciro e Rômulo, líderes os quais acredita terem tido a maior quantidade de virtude no passado por ele conhecido e analisado, o filósofo florentino idolatra e consagra-os. Para ele, os três governantes acima foram aqueles que melhor dominaram a fortuna, não eliminando-a de sua vida (já que isso seria impossível para Maquiavel), mas fazendo uso de suas benesses sempre que possível. À fortuna não pode se culpar por seu fracasso, mas sim agradecer por representar a sua sorte<sup>141</sup>. Em

<sup>139</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 17: “Ed esaminando le azioni e vita loro, non-si vedrà che quelli avessino altro dalla fortuna che l’occasione, la quale delle loro materie di potervi introdurre quella forma che a lor parse; e, senza quell’occasione la virtù dell’animo loco si saria spenta; e senza quella virtù l’occasione sarebbe venuta invano”. Tradução nossa.

<sup>140</sup> Ibid, p. 16.

<sup>141</sup> Ibid.

outras palavras, podemos inferir trecho destacado que sem essa ajuda pontual da fortuna, da sorte, toda a virtude acumulada pelos três de nada serviria, não surtiria nenhum efeito. É exatamente pela quantidade imensa de virtude que os três tinham que nenhuma oportunidade foi desperdiçada. E são exatamente esses líderes, que nascem com ou desenvolvem virtude e que sabem utilizar a fortuna que os cerca de maneira inteligente, que são capazes de manter seu *status* de líder e manter Estados sob seu domínio.

Uma outra ideia importante que se conecta com a ideia de virtude é a de manter o *status*, o poder, nas palavras de Maquiavel, *mantenere lo stato*. Inspirados por John Pocock<sup>142</sup>, parece-nos que o que Maquiavel quer, ao utilizar o termo em italiano - *mantenere lo stato* -, é dizer que o objetivo central do príncipe é evitar aquilo que os franceses a essa época já chamavam de *coup d'état*, ou seja, um ataque direto contra seu Estado institucionalizado e seu *status* de líder. Cumpre destacar que todos os Estados listados por Maquiavel em sua obra são principados ou repúblicas, o que ao longo da obra gera uma noção ambígua da ideia de Estado, *stato*, que é melhor entendido como um grupo de instituições que pode aparecer com formas constitucionais distintas e espaço no qual o príncipe é capaz de exercitar seu poder. Independente da acepção de Estado oferecida por Maquiavel, é importante frisar que nas quatro aparições da expressão - três em *O Príncipe*<sup>143</sup> e uma nos *Discursos* -, ela sempre aparece conectada de alguma forma a ideia de virtude, revelando que a única maneira de se manter o *status* de líder, que por consequência natural lhe dá o Estado institucional e o poder, é por meio não da bondade, mas da virtude. No capítulo XIX de *O Príncipe*, que atende pelo título *De como escapar ao desprezo e ao ódio*, Maquiavel nos mostra que:

E aqui se deve notar que o ódio pode derivar tanto das boas ações quanto das ruins; porém, como eu disse acima, **se um príncipe quiser manter o *status* [o poder], muitas vezes será forçado a não ser bom**<sup>144</sup>.

<sup>142</sup> POCOCK, 1975, pp. 175-176; p. 185. Na página 185, Pocock salienta como toda a estrutura ideológica da virtude centra-se em torno do desejo de não perder o *status*.

<sup>143</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 28; p. 53; p. 58. MACHIAVELLI, Niccolò [1531], 1857, p. 135.

<sup>144</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 58: “Onde si deve notare, che l’odio s’acquisita cosi mediante le buone opera, come le triste: e però, com’io dissi di sopra, volendo un Principe mantenere lo stato, è spesso forzato a non esser buono.” Tradução nossa.

Notamos aqui que manter o *status* depende de virtude e não de bondade. Nessa mesma lógica argumentativa, Maquiavel finaliza o capítulo VI, da mesma obra. Nesse ponto, ele opta por elencar um líder que não é o centro do livro mas se faz bastante importante nesse momento da obra: Hierão de Siracusa. Para Maquiavel, Hierão não foi um homem que nasceu não com muita virtude, mas, educou-se e desenvolveu-a. E, exatamente por isso, não teve problemas em manter seu *status*.

Para exemplos altos, quero adicionar um exemplo menor; mas eu sou bem proporcionado com aqueles, e eu quero ser suficiente para todos os outros igualmente: e este é Hierão de Siracusa. Tornou-se um príncipe privado de Siracusa, e não sabia de outra coisa senão por acaso; porque sendo os siracusanos oprimidos, eles o elegeram para seu capitão, de onde ele merecia ser feito Príncipe: e foi de tanta virtude ainda na fortuna privada, que quem o escreveu, que nada lhe faltou para reinar, exceto o reino<sup>145</sup>.

Na sequência da argumentação, é interessante que voltemos ao capítulo XIX, no qual Maquiavel descreve as duas coisas que devem ser feitas caso se queira, a todo custo, evitar um golpe, *coup d'état*. A primeira é ser odiado e a segunda ser enganado<sup>146</sup>. O ponto acima é ilustrado no mesmo capítulo a partir de uma breve história dos imperadores romanos. Maquiavel afirma que Antonino era odiado e, portanto, não manteve seu *status*<sup>147</sup>. Pertinaz e Alexandre foram enganados, logo, também perderam seus *status*<sup>148</sup>. Cômodo foi odiado e enganado e, assim, manteve o *status* por muito pouco tempo<sup>149</sup>. Em oposição, nem Marco Aurélio nem Septímio Severo, e ambos parecem ser admirados por Maquiavel, foram alguma vez odiados ou enganados, apesar de Severo ter sido muito temido<sup>150</sup>. Por isso, ambos conseguiram com facilidade manter o *status*<sup>151</sup>. E Maquiavel ainda afirma: isto porque ambos

---

<sup>145</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p.19: “A si alti esempi io voglio aggiungere un esempio minore; ma bene ara qualche proporzione con quelli, e voglio mi basti per tutti gli altri simili: e questo à Ierone Siracusano. Costui di privato diventò Principe di Siracusa, né ancor lui conobbe altro dalla fortuna che l’occasione; perché essendo i Siracusani oppressi, l’elessono per loro capitano, donde meritò d’esser fatto lor Principe: e fu di tanta virtù ancora in privata fortuna, che chi ne scrive, dicke che niente gli mancava a regnare, eccetto il regno.” Tradução nossa.

<sup>146</sup> Ibid, p. 51.

<sup>147</sup> Ibid, p. 58.

<sup>148</sup> Ibid.

<sup>149</sup> Ibid.

<sup>150</sup> Ibid.

<sup>151</sup> Ibid.

possuíam um nível extraordinário de virtude, o que lhes fez perceber que ser bem-sucedido e glorioso não é sinônimo de ser bom<sup>152</sup>.

Assim, fica claro para nós que ao longo do livro, Maquiavel está bastante preocupado não só com a forma como um príncipe pode manter o poder, mas também com a forma como ele chega ao poder. Esse é o assunto central do livro nos capítulos de I a XI. Exemplos listados por Maquiavel são: poder hereditário, herdar um principado; poder concedido por meio de eleição, como no caso do Papado; e também por pura sorte. Entretanto, não importa a maneira pela qual um príncipe chegue ao poder, a única maneira de mantê-lo, segundo o escritor florentino, é por meio da virtude.

Para entendermos melhor como as ideias de fortuna e, principalmente, virtude tornaram-se operativas na literatura de Maquiavel, precisamos estar atentos ao fato de que o pensamento medieval tardio – o qual ele combateu em suas reflexões – estava impregnado de paradigmas religiosos, como a primazia da tradição e das instituições cristãs<sup>153</sup>. Isso se manifestava na crença de que somente as pessoas de fé seriam contempladas pela providência<sup>154</sup> e conseguiriam desobrigar-se dos revezes da fortuna<sup>155</sup>. Foi apenas com o advento do humanismo cívico que o indivíduo pôde se sentir cidadão, ou seja, um ser político inserido em um *vivere civile*<sup>156</sup>, juntamente com seus pares<sup>157</sup>. Maquiavel foi, dos escritores que produziram obras na Península Itálica – entre os séculos XI e XVI –, o que talvez melhor tenha articulado as ideias de participação cívica e realização humana. Ele acreditava no modelo republicano e compartilhava dos valores humanistas, sendo precursor da tradição republicana cívica na Europa renascentista. E, no republicanismo cívico maquiaveliano, a única forma de se alcançar a virtude e perceber o mundo como um sistema racional, compreensível e

---

<sup>152</sup> POCOCK, 1975, p. 114

<sup>153</sup> Ibid.

<sup>154</sup> Ibid, pp. 31-48.

<sup>155</sup> Ibid, loc. cit..

<sup>156</sup> Ibid, pp. 56-57: Segundo John Pocock, o termo *vivere civile* surge na Roma Antiga e é resgatado na Península Itálica no *trecento*. Já o termo *vita contemplativa*, surge na Roma Antiga e segue em uso durante a Idade Média. O último afirmava que a natureza humana segue uma lógica de contemplação e pertencente hierarquias sólidas, imutáveis, no ambiente da pólis. Ou seja, é o reforçador de monarquias que têm Deus como seu guardião e o rei como seu enviado. Já o Primeiro, mostra que é possível ao indivíduo, por meio da cidadania, quebrar tais estruturas hierárquicas e aumentar sua participação no processo decisório da polis. Ou seja, é reforçador do Pensamento republicano.

<sup>157</sup> Ibid, loc. cit.

do qual se participa e se age em prol de sua manutenção e proteção contra tiranos e invasores, é por meio da cidadania e da educação cívica<sup>158</sup>.

Assim, a teoria que Maquiavel defende especialmente nos *Discursos* articula-se em torno da defesa de um governo republicano no qual a liberdade dos cidadãos estaria intrinsecamente conectada à prática de uma virtude cívica. Como se verá mais adiante, esse tipo de virtude se caracterizaria como um valor totalizante, englobador de uma série de outros valores essenciais para a manutenção do regime republicano, dentre os quais podemos destacar: a habilidade de colocar seu país em primeiro lugar, notadamente a partir do controle de suas ambições e desejo de acumular riquezas<sup>159</sup>; disposição para lutar no exército e nas milícias civis<sup>160</sup>, sempre que necessário; pagar impostos periodicamente<sup>161</sup>; e, ser capaz de reconhecer quem são os outros pares virtuosos mais capacitados para liderar e aceitá-los como líderes naturais<sup>162</sup>. Dessa maneira, ao priorizar o bem comum, o cidadão ideal torna-se merecedor da honra e pode se projetar rumo à glória<sup>163</sup>.

Todavia, para que possamos compreender melhor essa ideia de glória, é essencial salientar que Maquiavel escreveu na alta Renascença, no início do século XVI, um momento absolutamente distante e estrangeiro de nós, que vivemos em uma sociedade democrática. A glória era, para Maquiavel, o maior objetivo de um príncipe e de um cidadão. Fica claro na leitura de seus textos que manter o *status* era fundamental, pois sem isso seria impossível governar. Mas, um príncipe não deveria querer somente manter seu *status* de líder. Isso seria insuficiente. Era preciso algo mais: a glória. Um príncipe deve querer fazer coisas grandes, que sejam capazes de trazer a glória. E Maquiavel acreditava em muita glória, tanta a ponto de trazer postumamente a fama<sup>164</sup>. Fica claro que, para ele, a História não se encarregaria da glória de um príncipe, sobre essa ele mesmo teria ingerência, a História se encarregaria de sua fama. E apenas um líder virtuoso alcançaria a glória<sup>165</sup>. No

<sup>158</sup> Honohan, Iseult. Op. cit., p. 214-215.

<sup>159</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1531], 1857, pp. 261-265.

<sup>160</sup> Ibid.

<sup>161</sup> Ibid.

<sup>162</sup> Ibid.

<sup>163</sup> É interessante notar que no Livro Terceiro dos *Discursos*, o tema da glória faz-se bastante presente e muitas vezes a palavra aparece como uma consequência direta do exercício da virtude cívica. Um exemplo claro está na página 316, capítulo XXXIV, Livro Terceiro, da edição trabalhada.

<sup>164</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 70-72.

<sup>165</sup> Ibid.

capítulo XIX, Maquiavel ilustra essa questão da glória, ao falar de Severo e Marco Aurélio.

Portanto, percebemos aqui que a ideia central do livro é que se um líder deseja alcançar a glória, manter tanto seu Estado quanto seu *status* e superar e controlar o poder da sorte, fortuna, ele precisa de virtude. Não só Maquiavel, mas muitos outros autores se dedicaram, na mesma época, a compor obras que funcionassem como tratados retóricos de conselhos a príncipes. Podemos elencar nesse grupo uma série de livros em latim nas décadas finais do século XV e iniciais do século XVI. Entre eles, aparecem: Giovanni Pontano e seu *De Principe* (publicado em 1490), Bartolomeo Sacci e seu homônimo *De Principe* (completado em 1471); e também Francesco Patrizi com seu *De Regno* (publicado em 1494). Entretanto, segundo Quentin Skinner, “O Príncipe”, *Il Principe*, tem algo de especial<sup>166</sup>. É um dos primeiros textos desse cunho da época a abandonar o latim e ser escrito em italiano, o que é considerado astuto por parte de Maquiavel.

Entretanto, apesar de escrever em italiano e ser muito prático em seus conselhos, há algo em Maquiavel que deriva da visão humanista predominante na sociedade de seu tempo: as três principais virtudes que são parte integrante da ideia de *virtù* são generosidade/liberalidade, justiça e clemência<sup>167</sup>. Isso fica corroborado em O Príncipe no capítulo XV<sup>168</sup>. Observamos nos capítulos XVI, XVII e XVIII que essas categoria. são importantes para Nicolau Maquiavel, tanto que ele reserva parte do livro para descrevê-las<sup>169</sup>.

Todavia, nos parece que, para Maquiavel a questão central na moralidade política é a consequência do ato. O que nos faz perceber do capítulo XIX em diante que ele não estava interessado na ideia de uma virtude absoluta. Ou seja, aquela qualidade que proibiria alguém de fazer alguma coisa. Maquiavel parece pensar que a respeito de qualquer ação, o príncipe sempre deve se perguntar se aquele ato me ajudará a manter o Estado, seu *status*, e, se assim for, executá-la. Portanto, para Maquiavel o conceito de virtude ganha uma quarta dimensão: o julgamento. Um príncipe virtuoso é capaz de julgar claramente e optar por abrir mão de generosidade, clemência e(ou) justiça, desde que seja para manter o estado.

---

<sup>166</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 45-47.

<sup>167</sup> Ibid. pp. 47-54.

<sup>168</sup> Ibid.

<sup>169</sup> Ibid.

Ao falar sobre a liberalidade, Maquiavel afirma que praticá-la é positivo, entretanto, perigoso<sup>170</sup>. Um bom príncipe não se importa em ser chamado de miserável desde que seja para manter o estado. Por isso, é necessário que recorramos ao capítulo XVIII da obra, o qual Maquiavel intitula “*O quão longe um príncipe deve ir para honrar a sua palavra?*”. Maquiavel reitera que honrar a palavra é bom e importante, mas, se para manter o Estado for necessário quebra-la, que assim seja. Um dos exemplos dados é o do Papa Alexandre VI, muito talentoso em desconstruir suas promessas. A impressão que temos é a de que Maquiavel pensa que é perigoso que as pessoas assumam que o príncipe não se importa em quebrar a sua palavra, portanto, príncipes bem-sucedidos são aqueles que conseguem minimizar o dano da conduta, parecendo sempre estar íntegro e aliado ao que prometeu<sup>171</sup>. Entendido por muitos como o homem que diz ao Príncipe para fazer o mal desde que algo bom saia disso, Nicolau Maquiavel foi por séculos reduzido a essa máxima. Ela não é de todo falsa, principalmente no que diz respeito a virtude da justiça (vide capítulos XVI, XVII e XVIII). Entretanto, esse não parece ser o argumento, quando penetramos o campo das virtudes da clemência e da generosidade/liberalidade.

Já nos *Discursos*, a virtude ganha uma outra forma. A ideia não é falar das virtudes necessárias a quem funda o Estado, o príncipe, mas a quem o mantém, os cidadãos. Há muito em comum nas qualidades necessárias a príncipes e cidadãos, entretanto há alguns pontos de afastamento. Dado o problema da corrupção, por exemplo, sustentar uma república revela-se um ato heroico. A virtude do príncipe mantém o seu próprio poder, sua liderança; já a virtude cidadã, mantém saudável a república<sup>172</sup>. Nesse sentido, Maquiavel, nos *Discursos*, transmuta o seu próprio entendimento de virtude, convertendo-a numa espécie de virtude civil<sup>173</sup>, que é diferente do sentido contido em *O Príncipe*.

Maquiavel não pensa, ao contrário da linha liderada por Plutarco<sup>174</sup>, que tudo na política é sorte. Para Maquiavel, muito é julgamento e treinamento e a relação entre sorte e julgamento é sem dúvidas um dos temas centrais da obra maquiaveliana. Portanto, devemos entender que a qualidade a qual se deve possuir para minimamente se contornar os reveses da sorte é virtude. Assim, virtude e fortuna aparecem

<sup>170</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 51-54.

<sup>171</sup> Ibid.

<sup>172</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1531], 1857, p. 305.

<sup>173</sup> HONOHAN, 2002, p. 55.

<sup>174</sup> SKINNER, 1996, p. 88-89.



constantemente em oposição. Esse fato aparece de maneira muito evidente no capítulo XXIV de *O Príncipe*, trecho que tem como objetivo central mostrar como políticos italianos da época de Maquiavel conseguiram perder seus principados<sup>175</sup>.

Nesse ponto, é importante diferenciar virtude de providência. Em sua obra “O Momento Maquiaveliano”, John Pocock fala sobre o termo providência o qual pode ser muito confundido com o termo virtude. A conclusão que chegamos aqui é que ambos não podem ser entendidos como sinônimos uma vez que a providência parece ser algo inexorável<sup>176</sup> e a virtude não. É possível, de alguma forma, aliar-se à e controlar a fortuna, por meio da virtude. A afirmação acima pode ser comprovada partindo de uma leitura atenta dos capítulos VI e VII de *O Príncipe*. No capítulo VI, Maquiavel discute como se pode abarcar e controlar o poder por meio dessa qualidade, a virtude. Já no VII, por meio da fortuna.

Além disso, o sucesso do modelo teorizado pelo florentino dependeria diretamente da maneira como os cidadãos se desenvolvem materialmente nesse processo. Sobre as pré-condições materiais para igualdade política em uma república, Iseult Honohan afirma que, diferentemente de uma monarquia, a qual consegue acomodar facilmente em seu seio uma aristocracia ou uma *gentry* agrária, uma república precisa se apoiar em uma relativa igualdade econômica e social<sup>177</sup>. Apesar disso, parece-nos que Maquiavel não elabora sistematicamente e de maneira detalhada sobre como o Estado formado deveria lidar com distribuição da riqueza e com as desigualdades. Uma das passagens mais diretas sobre o assunto, encontra-se no capítulo XXV, do livro terceiro dos *Discursos*, intitulado *Da pobreza de Cincinato e de muitos outros cidadãos romanos*<sup>178</sup>, no qual a ideia central é argumentar em favor de que uma das regras mais fundamentais aos governos que se dizem livres, como seria o caso da república, é a de manter seus cidadãos sempre na pobreza. Maquiavel salienta:

Nós demonstramos anteriormente que uma das coisas mais úteis aos governos livres é manter seus cidadãos na pobreza. E, apesar de não se poder determinar qual ordem, qual instituição, gerasse esse efeito em Roma (já que a lei agrária foi sempre alvo de tanta oposição), sabe-se que quatrocentos anos após de sua fundação, ainda reinava a

<sup>175</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 47.

<sup>176</sup> POCKOCK, 1975, p. 32.

<sup>177</sup> HONOHAN, 2002, p. 60.

<sup>178</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1531], 1857, pp. 294-296.

maior pobreza. Pode-se crer que nenhuma norma ou ordem maior se encarregava de assegurar tal efeito; bastava crer que a falta de riquezas, ou de recursos, não vedava ninguém de encontrar a virtude em qualquer casa que habitasse, onde quer que estivesse<sup>179</sup>.

Riqueza e luxúria, na visão do pensador florentino, reforçam a inércia dos cidadãos e inveja dos que pouco tem, tornando-se um fator imediato de instabilidade e desigualdade política<sup>180</sup>. Maquiavel recomenda austeridade e, como se lê no trecho acima, acredita que uma república bem sucedida é aquela que tem o coletivo rico e o indivíduo pobre<sup>181</sup>. Entretanto, não nos parece que o autor acredite que as pessoas devam viver na miséria. Ele apenas parece querer estabelecer essa desigualdade com algo normal e que não barraria a chegada de nenhum cidadão ao serviço público<sup>182</sup>. Para ele, muito preocupado com a corrupção, fazer com que as pessoas pensem que a riqueza é uma pré-condição para se trabalhar no governo é um perigo letal<sup>183</sup>. Assim, em alguns trechos dos *Discursos*, o autor deixa transparecer que extravagâncias e riquezas em excesso geravam divisões econômicas e sociais as quais eram negativas ao florescimento comercial e aos negócios. No capítulo XXXV dos *Discursos*, intitulado *Por que a criação do decenvirato foi nociva à liberdade na república romana, embora tenha sido criado por livre escolha*<sup>184</sup>, o autor conecta o fracasso do governo dos decênviros e sua conversão em uma tirania ao fato de que esse seleto grupo de governantes não tinha nenhum tipo de regulação por trás de si, eram dotados de poder excessivo e gozavam dos privilégios gerados pelo poder, entre eles a riqueza material<sup>185</sup>.

---

<sup>179</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 294: “Noi abbiamo ragionato altrove, come la più cosa che si ordini in un viver libero è che si mantenghino i cittadini poveri. E benché in Roma non apparisca quale ordine fusse quello che acesse questo effetto, avendo, massime la legge agraria avuta tanta oppugnazione; nondimeno par esperienza si vidde, che dopo quattrocento anni che Roma era stata edificata, v’era una grandissima povertà; né si può credere che altro ordine maggiore facesse questo effetto, che vedere come per la povertà non t’era impedita la via a qualunque grado ed a qualunque onore, e come s’andava a trovare la virtù in qualunque casa l’abitasse”. Tradução Nossa.

<sup>180</sup> Ibid, pp. 294-297.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> Ibid.

<sup>183</sup> Ibid.

<sup>184</sup> Ibid. pp. 315-317

<sup>185</sup> Ibid.

Maquiavel coloca:

E por isso se deve notar que, quando disse que a autoridade concedida pelo sufrágio, pela liberdade do povo, não ofereceria qualquer perigo à sua própria liberdade, pressupôs uma república que concedesse tal autoridade cercada-se de todas precauções e por um período limitado. Mas quando um povo é cego e delega poderes imprudentemente do modo como os romanos o fizeram com os decênviros, os resultados, as interferências, são esperados. Isto é facilmente provado, basta que se considere as causas que mantiveram os ditadores no poder e as que corromperam, fascinaram, os decênviros; e também o que fez com que as repúblicas bem governadas delegassem poder por muito tempo, como foi o caso de Esparta, com seus reis, e Veneza, com o Doge. Porque se verá que tanto em uma quanto na outra, havia autoridades encarregadas de fiscalizar a autoridade do Rei e do Doge. E nenhum deles ousava abusar delas. Não basta, nesses casos, que a matéria, o estado, não esteja corrompida. O poder absoluto logo faz parceiros, amigos e os corrompe. Pouco importa a ele [ao tirano] ser pobre e não ter parentes; porque a riqueza e o favor popular perseguem o poder: como discorreremos adiante no caso da criação dos decênviros.<sup>186</sup>

Maquiavel via a república como uma unidade na qual os cidadãos estão comprometidos exclusivamente com seu lugar e seu povo. O tema da liberdade, tão caro ao intelectual florentino, orbita em torno disso. Nas palavras de Honohan, “o amor pela liberdade, o qual Maquiavel vê como essencial à república está diretamente ligado à ideia de *vivero libero*, as práticas republicanas específicas que o corpo de cidadãos divide e defende”. Maquiavel idealizava um tipo de cidadão republicano, o qual, para ser livre – na mesma medida que o sistema ao qual se sujeita –, precisaria incorporar a si, desenvolver por meio de uma educação apropriada, uma série de

---

<sup>186</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1531], 1857. p. 316: “Quando e ‘si è detto che un’ autorità dai’ suffragi liberi, non offese mai alcuna repubblica; si presuppone che un popolo non si conduca mais a darla, se non con le debite circostanze, e ne ‘debiti tempi: ma quando, o per essere ingannato, o per qualche altra cagione che lo accecasse, e ‘si conducesse a darla imprudentemente, e nel modo che ‘l popolo romano la delle a Dieci, gl’interverria sempre come a quello. Questo si prova facilmente, considerando quali cagioni mantenessero i Dittatori buoni, e quali facessero i Dieci cattivi; e considerando ancora, come hanno fatto quelle repubbliche che sono state tenute bene ordinate, nel dare l’ autorità per lungo tempo; come davano gli Spartani ai loro Re, e como danno i Veneziani al loro Duci: perché si vedrà, all’ uno ed all’ altro modo di costoro esser poste guardie, che facevano che i Re non potevano usare male quella autorità. Né giova, in questo caso, che la materia non sia corolla; perché un’ autorità assoluta, in brevissimo tempo corrompe la materia, e si fa amici e partigiani. Né gli nuoce o esser povero, o non avere parenti; perché le ricchezze, ed ogni altro favore subito gli corre dietro: che particolarmente nella creazione de ‘detti Dieci discorremmo. Tradução nossa”. Tradução Nossa.

virtudes cívicas. A teoria republicana e da liberdade maquiaveliana depende disso: de que os membros da comunidade coloquem em prática suas virtudes cívicas quando na posição de cidadãos. Maquiavel introduz uma noção de virtude cívica a qual assume que há, obrigatoriamente, um distanciamento entre interesses privados e públicos. Notamos, a partir da análise de Iseult Honohan, que talvez essa noção de virtude cívica maquiaveliana se difere da aristotélica e da ciceroniana<sup>187</sup> por ser menos abrangente e se focar nos deveres do serviço público e militar, essenciais à cidadania. Além disso, Maquiavel nos mostra que a dedicação à vida pública pode não ser a maior realização de um cidadão, mas permite que se alcance a liberdade e até mesmo a glória<sup>188</sup>.

Portanto, notamos que variável cívica da virtude está conectada à participação cidadã dos membros de uma comunidade. Ela requer sacrifícios, que se abra mão do particular, para que o comum prevaleça e todos sejam livres. A virtude cívica maquiaveliana se caracteriza como um amontoado de valores que estão a serviço da liberdade, do governo misto e de uma cidadania ativa (*vita activa*), regulada por um sistema de leis. Hannah Fenichel Pitkin afirma que em um período de turbulências políticas, Maquiavel propôs uma versão heroica e sólida da teoria republicana<sup>189</sup>. Ainda segundo ela, ele morreu antes de vê-la extinguida pelo retorno dos Médici e sua consolidação no poder a partir da fundação do Grão-Ducado da Toscana<sup>190</sup>.

A ideia de cidadania circulava amplamente em textos florentinos da passagem do século XV para o XVI. Vale lembrar que a República Florentina já existia desde o primeiro quartel do século XII, porém, a incorporação de valores humanistas cívicos ao escopo teórico republicano se dá na Itália, somente no final do século XV. Observa-se que de 1494 a 1498, Girolamo Savonarola governou Florença e, apesar de ligado à Igreja Romana, denunciou a corrupção do clero e pregou uma renovação da cristandade, valorizando a glória cívica e o fez apoiando-se em teóricos do humanismo cívico<sup>191</sup>. Teóricos estes que encontravam espaço para defender suas ideias na Florença Renascentista e eram estimulados a produzir textos os quais renovaram o aparato conceitual de razão, experiência, prudência e fé, categorias

---

<sup>187</sup> HONOHAN, 2002, p. 66.

<sup>188</sup> Ibid.

<sup>189</sup> PITKIN, pp. 285-306.

<sup>190</sup> Ibid.

<sup>191</sup> PETIT, 1997, p. 156.

ligadas à legitimação do poder em textos medievais tardios<sup>192</sup>. Temos a impressão de que na Florença de Savonarola e Soderini, seu sucessor, era comum o diálogo entre autores renascentistas e antigos, os primeiros aprendendo lições dos segundos. Segundo Pocock, apesar de pensarmos que essa troca de experiências pode resultar em uma inocente insistência de se repetir a história e seus supostos padrões, ela foi crucial por dois motivos: o primeiro, o fato de que esse câmbio parece ter acelerado a aquisição de conhecimento por parte dos cidadãos e sua capacidade de resposta às demandas políticas da época; o segundo, ela promoveu a releitura dos conceitos aristotélico e polibiano de cidadania<sup>193</sup>, os quais prezavam pela primazia da virtude, foco de análise da nossa pesquisa<sup>194</sup>. A verdade é que essa conversa entre antigos e modernos ofereceu as ferramentas para que se associasse as virtudes dos seres humanos a uma sociedade política e culminou na expectativa de que os cidadãos, virtuosos e inseridos na lógica republicana, não seriam corrompidos pelas suas vontades particulares; mas, tornar-se-iam parte de um desejo comum em alcançar o bem universal<sup>195</sup>.

Maquiavel parte do pressuposto de que todos os seres humanos vivem em sociedade e de que o corpo político é uma unidade orgânica da qual todos pertencem e do qual devem cuidar caso queiram atingir a realização plena. Ao contrário de outros autores, contemporâneos a ele, Maquiavel não achava que a liberdade era incompatível com a segurança e a paz e que os cidadãos estariam melhores sendo seres passivos e subjugados por um monarca, o qual seria detentor de toda a virtude. Além disso, Maquiavel é um autor que não faz o mínimo esforço para considerar seres humanos fora de uma ordem política ou em um “estado de natureza”, como fazem os contratualistas do século seguinte<sup>196</sup>. Entretanto, ele reconhece que criar e manter a ordem política é uma tarefa extremamente complexa já que as relações políticas e internacionais seguem um fluxo e são incapazes de permanecer em inércia<sup>197</sup>. Para o filósofo italiano, a ação humana acontece dentro de um conjunto de

---

<sup>192</sup> POCOCK, 1975, p. 114

<sup>193</sup> Ibid, p. 115.

<sup>194</sup> HONOHAN, 2002, Pp. 20-21.

<sup>195</sup> A expressão bem comum (*common good*) ou bem universal (*universal good*) aparece associada aos objetivos centrais da teoria republicana nos livros de Philip Petit, John Pocock e Iseult Honohan, centrais à nossa pesquisa e referenciados em notas de rodapé e no final deste trabalho.

<sup>196</sup> HONOHAN, Op. Cit., p. 46.

<sup>197</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, P. 67.

necessidades e depende da sorte, estando sempre sujeita à fortuna. A mudança é inevitável e cíclica. O acaso tem revezes bons e ruins e é exatamente por isso que as sociedades ascendem e declinam<sup>198</sup>. Maquiavel não argumenta sistematicamente ou pragmaticamente, ele segue um estilo retórico, anedótico, justapondo sua teoria à histórias de heróis e vilões antigos. Em sua concepção, a mudança é algo inexorável e, juntamente com a corrupção e a decadência, está presente no ser humano e precisa de treinamento consciente para que seja minimizada. Esse treinamento só acontece quando se desenvolve nos líderes políticos e nos cidadãos a virtude adequada. A corrupção e a decadência são ameaças a esse corpo orgânico supracitado, a política, e precisa ser controlada e tratada, assim como doenças que infectam um corpo humano<sup>199</sup>. Para Maquiavel, todo regime tende a se desviar dos princípios fundamentais que o constituíram e precisam de algum tipo de tratamento restaurador de sua integridade regularmente<sup>200</sup>. A república era vista por ele como uma criação histórica, frágil, a qual oferecia soluções temporárias para os problemas da ordem política<sup>201</sup>. Contudo, era também a forma de governo que mais permitia essas revisões periódicas.

Autores como Pocock e Petit defendem que a teoria republicana e, conseqüentemente, a associação da virtude cívica a ela tiveram um seus ápices em Florença, de 1494 a 1530<sup>202</sup>. 1494 foi ano da queda dos Médici e do reestabelecimento do *vivere civile* no local. Parece-nos que Maquiavel encarava a divulgação da república, seus benefícios e sua acreditada estabilidade, como uma forma de solidificar os cidadãos em torno de um sistema que fosse capaz de sobreviver às invasões que a Península Itálica sofria, no final do século XV. Apesar de já ter mais de quatro séculos de duração, a República Florentina parecia vulnerável, isto porque seus cidadãos não estavam envolvidos nas atividades públicas e militares<sup>203</sup>. Tanto Veneza quanto Florença pareciam estar perdendo o controle de suas relações exteriores, cada vez mais amedrontadas com as invasões franco-espanholas e Maquiavel foi testemunha disso.

---

<sup>198</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, P. 66-72.

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> Ibid.

<sup>202</sup> PETIT, 1997, p. 129; POCOCK, 1975, p. 116.

<sup>203</sup> Isso aparece evidente no capítulo XVI, do Livro III dos *Discursos*. cf. MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 169-170.

Instabilidade é a palavra que define o fluxo dos acontecimentos entre 1494 e 1530. Retomando o contexto apresentado na parte anterior deste trabalho, a família Médici esteve no poder entre 1434 e 1494, sendo substituídos por Savonarola e sua proposta reformista. Este, por sua vez, foi substituído por Piero Soderini, que esteve no poder entre 1498 e 1512, quando os Médici, apoiados pelo exército espanhol, retornaram à Florença e tomaram o poder novamente<sup>204</sup>. Foi, portanto, entre 1494 e 1512 que a cidade viveu a experiência republicana. O republicanismo era, para Maquiavel, a forma de governo que poderia finalmente livrar não só Florença, mas outras cidades-estados italianas da tirania. Contudo, nesse período, os problemas constitucionais de Florença giravam em torno das disputas entre muitos grupos políticos<sup>205</sup>. Governo era na época a palavra que mais se aproximava de constituição e no vocabulário florentino ela se interpelava com a expressão modo de viver<sup>206</sup>. O governo republicano humanista, fundado em 1494, ampliou a participação de outros na cena política e entrou em conflito com os *Ottimati*, a aristocracia florentina da época. Os *Ottimati* tinham uma relação paradoxal com os Médici: apreciavam-nos por terem colaborado com a sua manutenção no espectro aristocrático da sociedade local durante o mais de meio século que governaram a cidade; no entanto, odiavam-nos por tratarem-lhes como inferiores<sup>207</sup>.

Em sua *História de Florença*, Maquiavel é simpático ao último Médici governante, Lorenzo. O pensador italiano não o via como um tirano, mas não o admirava o suficiente para acreditar que o regime imposto por ele era o ideal para a cidade em todos os aspectos<sup>208</sup>. Maquiavel coloca que, apesar dos benefícios trazidos pela sua administração e sua força e carisma, seu governo se caracterizou por uma paz frágil – especialmente com o Ducado de Milão, liderado pela ambiciosa família Sforza –, fascinação pelas riquezas trazidas pelo poder e alienação civil<sup>209</sup>. Lorenzo foi admirado e amado, mas incapaz de formar um príncipe sucessor e um corpo de cidadãos que pudesse acreditar na soberania florentina após a sua morte. Lê-se no capítulo XXXVI do livro oitavo da *História de Florença*:

---

<sup>204</sup> SKINNER, 2001, pp. 23-28.

<sup>205</sup> POCOCK, 1975, p. 117.

<sup>206</sup> Ibid. p. 118. Modo de viver é tradução nossa para a expressão *modo di vivere*.

<sup>207</sup> Ibid. p. 121

<sup>208</sup> Ibid.

<sup>209</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, p. 67.

Lorenzo deleitava-se com arquitetura, música e poesia, e muitas foram as publicações das composições poéticas que criou e comentou. E, para que a juventude florentina pudesse exercitar-se no estudo das letras, abriu uma universidade na cidade de Pisa, para onde levou os mais excelentes estudiosos que havia na Itália. (...). De tal maneira que, quem considerar em sua vida os aspectos voluptuosos e os austeros verá que havia nele duas pessoas distintas, unidas numa quase impossível união. (...). Nunca morreu ninguém, não só em Florença, mas em toda Itália, com tanta fama de prudência, nem cuja perda causasse tanta dor à pátria. E de sua morte haveriam de provir grandes ruínas. (...). Tão logo Lorenzo se foi, começaram a germinar suas [de Ludovico Sforza, ambicioso duque de Milão] más sementes que, depois de não muito tempo, por não estar vivo quem as soubesse debelar, arruinaram e continuam arruinando a Itália<sup>210</sup>.

Portanto, o principal problema de Lorenzo de Médici não foi falta de virtude ou excesso de autoridade: foi não ter percebido que não havia alguém tão virtuoso quanto ele para sucedê-lo em caso de uma morte repentina como a sua. Seus últimos anos foram penosos devido à doença que o acometeu e sua morte aconteceu aos 44 anos de idade<sup>211</sup>. Para Maquiavel, a república era a forma de governo que permitia a ascensão de outras pessoas virtuosas à dinâmica do poder, a virtude em uma *res publica*, era dividida e sucessões governamentais menos turbulentas eram apenas uma das vantagens desse modelo de governo<sup>212</sup>.

Ao ler-se Maquiavel, nota-se que, para ele, todos os homens tem segundas intenções, nem sempre honestas, e que sempre deixarão espaço para a maldade agir em sua mente, a qualquer oportunidade visível<sup>213</sup>. A natureza humana é deficiente, mas educável; os seres humanos podem desenvolver uma “segunda natureza”, a qual se apoia na virtude e domina a fortuna e a corrupção. Nos dias de hoje, corrupção é visto, em nosso senso comum, como: a utilização o poder político para obter vantagens financeiras ilegais. Ou ainda, o uso da riqueza e influência material para

---

<sup>210</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1532]. **Istorie Fiorentine**. Firenze: Felice Le Monnier, 1851, pp. 431-432: “Dell’architettura. Della musica e della poesia meravigliosamente si diletta. Molte composizioni poetiche, non solo composta, ma commentate ancora da lui appariscono. E perché la gioventù fiorentina potesse negli studi delle lettere esercitarsi, aperse nella città di Pisa uno studio, dove i più eccellenti uomini, che allora in Italia fusero, condusse. (...) Tantoché a considerare in quello e la vita leggera e la grave, si vedeva in lui essere due persone diverse quasi con impossibile congiunzione congiunte. (...) Né morì mai alcuno non solamente in Firenze, ma in Italia con tanta fama di prudenza, né che tanto alla sua patria dolesse. E da sua morte dovesse nascere grandissime rovine (...). Per la qual cosa, subito morto Lorenzo, cominciarono a nascere quelli cattivi semi, i quali non dopo molto tempo, non senso vivo chi gli spese spegnere, rovinarono, ed ancora rovinano la Italia”. Tradução Nossa.

<sup>211</sup> Ibid. pp. 429-432.

<sup>212</sup> Ibid.

<sup>213</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 49-51.



alcançar benefícios políticos<sup>214</sup>. Para Maquiavel, a ideia de corrupção é mais ampla e abala a sociedade em várias outras formas: é corrupto aquele que confia em mercenários para defender o Estado ao invés de fazê-lo ele mesmo<sup>215</sup>; é corrupto aquele que deseja obter do Estado apenas compensações financeiras e não vê no serviço público uso produtivo do tempo e de seu esforço por si<sup>216</sup>; é corrupto aquele que se torna arrogante ao ganhar fama e reputação no serviço público<sup>217</sup>; e, ainda, é corrupto aquele que é devoto ao Cristianismo e não à religião cívica<sup>218</sup>. Sobre o último ponto, cumpre destacar que, para Maquiavel, a cristandade encorajava as pessoas a se focarem na sua própria salvação e não em manter a república e as instituições livres. Para ele, o Cristianismo mascarava as verdadeiras características que compõem a virtude ideal: coragem e determinação. O entendimento da virtude como um conjunto de valores os quais apoiavam-se na humildade, caridade e honestidade, como acontecia no Cristianismo mascara o verdadeiro cidadão ideal e o deixa sob a órbita de influência de uma instituição política frágil, a qual pode ser facilmente dominada por apenas um<sup>219</sup>. E, nesses casos, corre-se o risco deste um ser corrupto e, como a corrupção barra a liberdade civil - da qual seres inseridos em uma república organizada seriam capazes de gozar<sup>220</sup> -, ela deve ser combatida a todo custo. Trocando em miúdos, a liberdade de um, depende da virtude de todos. A interdependência excessiva e o perigo da corrupção fazem da virtude uma característica necessária a todo cidadão que almeja ser livre<sup>221</sup>.

---

<sup>214</sup> HONOHAN, 2002, pp. 46-47.

<sup>215</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1513], 1857, pp. 19-23.

<sup>216</sup> Ibid.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Ibid.

<sup>219</sup> HONOHAN, Op. Cit., pp. 46-47.

<sup>220</sup> Ibid.

<sup>221</sup> POCOCK, 1975, p. 184.

### 3. VIRTUDE E FORTUNA EM JAMES HARRINGTON

Nos capítulos anteriores, afirmamos que o termo maquiavelismo denota uma articulação de conceitos e valores humanistas cívicos em Florença entre 1494 e 1530. Um mundo conceitual dominado pelos paradigmas de uso, fé e fortuna sujeitou-se à experiência republicana e falhou em mantê-la, vide a reação dos Médici e o fracasso das outras repúblicas italianas em perpetuarem-se após as subsequentes invasões espanholas e francesas. Foi a partir deste contexto de conflitos e batalhas que Maquiavel revisou o conceito de virtude, principalmente nos momentos em que transmite conselhos ao príncipe novo e reflete sobre a interdependência cidadã no contexto de uma república.

Neste capítulo, nossa missão será expor como essa definição conceitual proposta por Maquiavel foi novamente revisada para se tornar operativa na Inglaterra, na metade do século XVII. É importante afirmar que, para Pocock e outros autores citados por ele, uma ideologia de ativismo cívico, como era o caso do republicanismo cívico, era incompatível com um regime monárquico<sup>222</sup> e isso torna o estudo da proliferação de tais ideias em solo inglês uma atividade desafiadora. Notamos que em outras partes da Europa conflitos sobre a soberania deram origem a debates políticos nos quais o republicanismo assumiu formas distintas<sup>223</sup>. A República Veneziana, não era igual à de Florença, que não era igual a de Lucca e assim por diante. Portanto, apesar de todos esses regimes estarem sob a bandeira do republicanismo, é essencial que sejam analisados não só no que tem em comum, mas também em suas singularidades<sup>224</sup>. O caso inglês se aproxima, como veremos abaixo, das situações florentinas e venezianas, não pelo contexto histórico, mas sim pelo fato de que autores como James Harrington tiveram notícia do sucesso de ambas essas repúblicas e almejaram incorporar valores de ambas em suas elaborações.

A primeira metade dos anos 1600 foi, para a Inglaterra, de mudanças radicais. A luta entre rei e parlamento e conflitos sobre a liberdade religiosa levaram a um contexto de três guerras civis (1642-1651) e à execução do monarca Carlos I. Quando de sua morte, o surgimento de uma república aconteceu quase que acidentalmente. Segundo Honohan, muito se há discutido na historiografia sobre os limites da

---

<sup>222</sup> POCOCK, 1975, p. 333.

<sup>223</sup> HONOHAN, 2002, p. 63.

<sup>224</sup> PETIT, 1997, p. 9.

monarquia, do poder real, mas têm havido poucas sistematizações sobre o escopo da cidadania e as mutações de forma por ela sofridas na curta existência da frágil república inglesa<sup>225</sup>. Nossa ideia, nas linhas a seguir, é dialogar com a percepção de Honohan sobre esse momento, enquanto expomos nossa visão de como esses fatos interagem com o conceito harringtoniano de virtude e, conseqüentemente, de fortuna.

Em 1656, quando Harrington escreveu *The Commonwealth of Oceana*, muitos pensadores já haviam buscado respostas para a questão de como seria possível que liberdade e regulação política pudessem coexistir. Segundo a professora irlandesa:

Pensadores cada vez mais tendiam a representar os governos como formas artificiais, derivadas de um contrato de direitos livres e iguais referindo-se a indivíduos em um estado de natureza pré-político. Mas, desse ponto de vista, derivaram conclusões muito diversas sobre o que seria esse estado de natureza pré-político. Alguns advogaram em favor da cessão da liberdade, dos direitos e da voz política em detrimento de um soberano forte, o qual garantiria a paz – uma visão expressada em sua maior grandeza por Thomas Hobbes, no *Leviatã*, publicado em 1651. **Outros argumentaram em favor de um governo limitado e distinguido por direitos políticos os quais poderiam ser confiados ao governo a partir do respeito aos inalienáveis direitos da vida, liberdade e propriedade**, mais reconhecidamente teorizados por John Locke, em seus *Dois Tratados Sobre o Governo*<sup>226</sup>.

Harrington parece compor uma solução ao problema totalmente oposta à hobbesiana e a qual também não é exatamente igual à proposta por Locke: James Harrington defende a existência de uma república na qual a liberdade e o ativismo cívico seriam os alicerces do modelo ideal<sup>227</sup>. O filósofo inglês, nas páginas iniciais de *Oceana*, teoriza esse modelo e o descreve como representativo de um “império de leis, e não de homens”<sup>228</sup>. Além disso, ele declara abertamente sua inspiração em

<sup>225</sup> HONOHAN, 2002, p. 66.

<sup>226</sup> Ibid: “Thinkers tended increasingly to represent government as artificial, and as derived from a contract of free and equal rights bearing individuals in a pre-political state of nature. But they derived very diverse conclusions on the proper form of government. Some advocated surrendering freedom, rights and political voice to a strong sovereign in order to guarantee peace – a view expressed most spectacularly by Hobbes in his *Leviathan*, published in 1651. Others argued for limited government and distinguished the political rights that could be entrusted to the government from inalienable rights of life, liberty and property, most famously in John Locke’s *Two Treatises on Government* of the 1680s.” Tradução Nossa. Grifo Nosso.

<sup>227</sup> HARRINGTON, James [1656]. **The Commonwealth of Oceana**. Glasgow and New York: George Routledge & Sons, 1887. p. 23.

<sup>228</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 26.

Maquiavel: “o único político dos tempos recentes”, aquele que veio para resgatar os valores da prudência antiga, a qual prezava por governos defensores do bem comum e não dos interesses de uma elite ligada à estrutura do governo<sup>229</sup>. Vale frisar que autores como Pocock lembram-nos do fato de que Harrington era inspirado principalmente pelo Maquiavel dos *Discursos* já que escrevia para uma Inglaterra que recentemente vira as Câmaras dos Lordes e dos Comuns serem silenciadas por um Oliver Cromwell autoritário, que se declarara Lorde Protetor da República Inglesa, e quem quase se tornara, por meio de suas atitudes, tão centralizador quanto um monarca. Exatamente por isso, alguns autores defendem que *The Commonwealth of Oceana* é uma idealização do que a Inglaterra poderia ter sido: uma república cujo território poderia ser praticamente todo dominado por cidadãos proprietários de terra<sup>230</sup>. Ademais, esses mesmos autores declaram que a obra é endereçada a Oliver Cromwell, o líder não mais bem quisto, e a uma *gentry* que, na visão de Harrington, deveria ser alertada sobre os abusos de poder por parte de Cromwell<sup>231</sup>. É importante destacar também que a teoria republicana de Harrington apoiava-se na liberdade de cidadãos os quais governados por um corpo sólido de leis atuariam em prol da defesa de instituições fortes e de um governo misto. Entretanto, Harrington lembra-nos no decurso da obra que isso seria possível somente caso se cultivasse a virtude entre os cidadãos. Nos parágrafos a seguir, ocupar-nos-emos de destrinchar melhor os temas supracitados e descrever que virtude era essa e, em que medida, ela é uma reelaboração da elaboração maquiaveliana do mesmo conceito.

Observamos ao longo da leitura da obra de Maquiavel e seus comentadores que a idealização de um modelo político que se baseasse em razão e experiência somente não era suficiente para estabelecer as bases de algo que fosse capaz de caracterizar o indivíduo como um cidadão<sup>232</sup>. Para que isso acontecesse, era necessário reavivar as noções antigas de virtude política e vida ativa (*vita activa*)<sup>233</sup>, as quais operavam paralelamente e reforçando que os homens eram convocados a se reunir, deliberar e decidir. Isso só foi possível na Inglaterra em um contexto de instabilidade e vácuo de poder, como foi o caso do contexto das Guerras Civis Inglesas. Apesar de acontecerem no século XVII, as guerras são fruto de um processo

<sup>229</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 30.

<sup>230</sup> HONOHAN, 2002, p. 64.

<sup>231</sup> Ibid.; POCOCK, 1975, p. 333-336.

<sup>232</sup> POCOCK, Loc. Cit.

<sup>233</sup> HONOHAN, Op. Cit., p. 43.

político que teve início no século anterior<sup>234</sup>. Segundo Pocock, foi no século XVI que se deu nos *Englishmen* o desenvolvimento de uma consciência cívica, fruto do aumento da participação da *gentry*<sup>235</sup> nas decisões políticas<sup>236</sup>. Eram esses homens que dominavam a administração nos níveis mais baixos, de assembleias e conselhos, e foram eles que viram o humanismo cívico como uma ferramenta a qual reforçava a imagem do humanista como conselheiro do príncipe<sup>237</sup>. Na visão dessas pessoas, que tinham notícia das teorias surgidas desde o século XI italiano, o humanista funcionava como um advogado, dotado de conhecimentos e habilidades não possuídas pelo príncipe e de uma virtude só sua<sup>238</sup>. Pocock acredita que Harrington escrevia para essas pessoas.

Para que entendamos essa dinâmica, é crucial que entremos um pouco na vida de James Harrington, pensador nascido em 1611 e morto em 1677. Primeiramente, vale destacar que sua trajetória pessoal é extremamente mal documentada. Não se sabe muito sobre o autor inglês, além daquilo que suas obras nos contam. Pouquíssimos textos e escritos pessoais sobreviveram à sua morte e somente se pode acessar os restantes por causa de algumas figuras, entre elas: John Toland (1670-1722) - seu primeiro editor -, Dorothy Bellingham - sua irmã -, e, John Aburey (1626-1697) e Anthony Wood (1632-1695) - dois antiquários ingleses<sup>239</sup>. Segundo Pocock, o trato com tais documentos deve ser extremamente cuidadoso, já que boa parte dos manuscritos não existe mais. Contudo, apesar da inexistência dos originais, Pocock reforça que se pode confiar em boa parte do que foi reescrito ou reeditado por Toland. A afirmação é feita a partir da constatação que, ao se comparar os poucos manuscritos restantes com as reedições, estas últimas são fidedignas aos originais<sup>240</sup>. O professor inglês fez uma extensa pesquisa comparando alguns textos harringtonianos e também de outros autores da época, como Edmund Ludlow.

James Harrington foi um autor prolífico e representativo de um momento da história inglesa. Ele fazia parte de uma aristocracia rural, era um *country*

---

<sup>234</sup> POCOCK, 1975, p. 333-336.

<sup>235</sup> Entendemos por *gentry* a acepção ampla de uma classe media rural, detentora de terras e que no decurso do século XVI, lutava por uma participação mais ampla na política inglesa.

<sup>236</sup> POCOCK, 1975, Loc. Cit.

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> Ibid.

<sup>239</sup> POCOCK, J.G.A. James Harrington and the Good Old Cause: A Study of the Ideological Context of His Writings. In: **Journal of British Studies**. Vol. 10, n. 1, 1970. p. 31.

<sup>240</sup> Ibid.

*gentleman*<sup>241</sup>, e pertencia a uma família tradicional com raízes no centro e centro-norte da Inglaterra, nos condados de Northamptonshire e Lincolnshire, respectivamente<sup>242</sup>. Foi o filho mais velho de seus pais e permaneceu solteiro durante boa parte de sua vida<sup>243</sup>. Não há evidências de que Harrington tenha participado ativamente da vida política do país antes da Primeira Guerra Civil Inglesa<sup>244</sup>. Além disso, acredita-se que sua vida política tenha se iniciado após 1647, provavelmente por estímulo de seu irmão mais velho. Harrington foi acompanhante do rei Charles I enquanto confinado e com ele permaneceu até o regicídio de 1649<sup>245</sup>.

Não há dúvidas de que as Guerras Civas foram um dos momentos mais marcantes da História da Inglaterra no século XVII. Elas consistem em uma série de conflitos armados e opuseram Parlamentaristas (os *Roundheads*) e Realistas (os *Cavaliers*)<sup>246</sup>. Os grupos, antagônicos, discordavam principalmente na maneira como o país deveria ser governado. Charles Carlton, historiador inglês e professor emérito de História na *North Carolina State University*, reforça a divisão do período de conflito em três momentos. Para ele, houve uma primeira (1642-1646), uma segunda (1648-1649) e uma terceira guerra (1649-1651), com o encerramento dos enfrentamentos se dando em setembro de 1651, na Batalha de Worcester<sup>247</sup>. Já os desdobramentos políticos dos enfrentamentos teriam sido: o julgamento e execução de Charles I, em 1649; a fuga de seu filho para o exílio, em 1651; a substituição da monarquia inglesa por uma experiência republicana, a chamada *Commonwealth of England* (1649-1653) e a época do Protetorado de Oliver Cromwell (1653-1658)<sup>248</sup>. Constitucionalmente, as guerras estabeleceram que o rei não poderia governar sem o Parlamento, algo que foi legalmente reiterado em 1688, a partir da Revolução Gloriosa<sup>249</sup>.

A verdade é que durante os vinte meses que acompanhou Carlos I, Harrington vivenciou ativamente momentos políticos os quais mudaram completamente a história da Inglaterra no século XVII. Para Pocock, esse período foi extremamente

---

<sup>241</sup> Entendemos como *gentleman*, qualquer membro da *gentry*,

<sup>242</sup> POCKOCK, 1970, p. 31-35.

<sup>243</sup> Ibid.

<sup>244</sup> Ibid.

<sup>245</sup> Ibid.

<sup>246</sup> CARLTON, Charles. **Going to Wars: The Experience of the British Civil Wars (1638-1651)**. London: Routledge, 1992, p. 66-88.

<sup>247</sup> Ibid.

<sup>248</sup> Ibid.

<sup>249</sup> Ibid.

significante para o Harrington que conhecemos como autor político<sup>250</sup>. Especula-se que Harrington e Carlos conversavam muito sobre formas de governo, apesar da alegada repulsa do rei pelo regime republicano, em especial o veneziano: Carlos acreditava que um líder deveria ser mais do que um doge<sup>251</sup>. Entretanto, tem-se a certeza de que Harrington foi à Veneza e Florença e, apesar de ser um adorador de Maquiavel, via a República Veneziana como sendo algo próximo da perfeição<sup>252</sup>. Não só Harrington, mas outros autores ingleses da época transformaram Veneza em um mito<sup>253</sup>.

Para Pocock, a relação entre Harrington e Charles I faz-nos pensar sobre uma questão fundamental: o fato de que há quase nenhuma evidência de que tenha havido algum teórico republicano antes do regicídio de 1649 o que faria James Harrington foi o primeiro humanista cívico da Inglaterra<sup>254</sup> e seu *The Commonwealth of Oceana*, o primeiro texto representativo desse tipo de pensamento em solo inglês. A maturação de *Oceana* teria se dado entre 1649 e 1656, data de sua publicação. *Oceana* é considerada a obra-prima do autor e parece ter sido escrita menos para justificar a queda da monarquia inglesa e mais para explicá-la o que a torna ainda mais importante<sup>255</sup>.

Vemos em Pocock a tese de que todo o escopo da teoria republicana inglesa originada na última metade do século XVII surgiu da necessidade de se preencher o vazio de poder oriundo da execução de Carlos I. Entretanto, a singularidade de Harrington se deu devido ao fato de que - ao contrário de outros teóricos da época, os quais fizeram parte da fundação do pensamento republicano inglês -, sua teoria abdica do vocabulário político em voga o qual incluía termos herdados do Direito Natural (*Natural Law*) e do Direito dos Costumes (*Common Law*)<sup>256</sup>. Para John Pocock, Harrington:

...reverte quase inequivocamente a um vocabulário anterior, a um vocabulário no qual os conceitos de propriedade e natureza funcionavam como meios de pronunciar que o homem, o animal político, era por

<sup>250</sup> POCOCK, J.G.A. Preface. In: HARRINGTON, James. **The Commonwealth of Oceana and A System of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. VIII-IX.

<sup>251</sup> Ibid.

<sup>252</sup> Ibid.

<sup>253</sup> Id., 1975, pp. 272-274.

<sup>254</sup> Id., 1970, pp. 10-12.

<sup>255</sup> Id., 1992, pp. X

<sup>256</sup> Ibid, p. XII.

natureza um cidadão e não um sujeito qualquer, uma criatura que usava sua inteligência para se definir ao invés de se reconhecer na segurança da lei. Foi isso que fez de Harrington um republicano e dificultou sua proclamação como um cristão ortodoxo<sup>257</sup>.

Assim, percebemos que as premissas do pensamento harringtoniano se afastam das fundações do pensamento político setecentista inglês, seja ele republicano ou não. Pocock ressalta que as ideias de Harrington parecem se conectar mais intimamente com os problemas *de facto* de seu tempo, enquanto seus contemporâneos ocuparam-se das questões *de jure* da época<sup>258</sup>. E é nesse sentido que há uma aproximação significativa com Nicolau Maquiavel. O escritor italiano foi um autor que parece ter escrito baseado e inspirado por um problema *de facto*. Os escritos maquiavelianos analisados no capítulo anterior dialogam diretamente com o contexto florentino da época de sua redação e Harrington admirava-o também por isso. Essa exaltação dos textos maquiavelianos aparece quando o pensador inglês afirma: “Maquiavel (cujos livros são negligenciados) é o único político que esteve próximo de recuperar a ideia de governo ideal que o Leviatã (um livro imposto às universidades) tenta destruir<sup>259</sup>”.

James Harrington se propôs a entender como a monarquia parlamentar inglesa, o governo do rei, dos lordes e seus pares, colapsou e se dedicou a elaborar uma solução constitucional que a pudesse substituir. Para Pocock, Harrington somou dois fatores em na sua construção: a teoria de Políbio, a qual afirma que o objetivo principal de um governo é encontrar o balanço entre o poder de um, poucos e muitos; e, a percepção – estimulada pelos acontecimentos de 1649 – de que a monarquia histórica nunca foi boa, tornou-se pior ao longo do tempo e era algo difícil de manter<sup>260</sup>. O pensador inglês escreveu uma teoria republicana historicizada e o fez a partir do vocabulário político disponível nos textos de Maquiavel.

Após um mapeamento cuidadoso da obra de James Harrington, notamos que a palavra virtude é repetida cerca de quarenta vezes pelo autor no corpo do texto da obra *The Commonwealth of Oceana*. Entretanto, sua reelaboração do conceito, a partir de Maquiavel, é complexa. A partir de uma análise detalhada dos quarenta contextos

<sup>257</sup> POCOCK, 1992, p. XIII.

<sup>258</sup> Ibid.

<sup>259</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 16: “Machiavel [sic] (whose books are neglected) is the only politician that hath gone about to retrieve the ideal form of government that Leviathan (a book imposed upon the universities) is about to destroy”. Tradução Nossa.

<sup>260</sup> POCOCK, Op. Cit., p. XVI.



diferentes em que aparece, pudemos definir virtude em Harrington como o conjunto de qualidades as quais permitem que cidadãos ajam em prol do interesse comum e da criação e manutenção de um regime republicano de governo, aproximando-se mais da ideia de virtude maquiaveliana presente nos *Discursos* do que aquela contida em *O Príncipe*. Além disso, notamos em Harrington algumas peculiaridades sobre as quais discorreremos nas páginas a seguir. Em linhas gerais, podemos afirmar que: a) o exercício da virtude presente nos cidadãos e a possibilidade de que essa característica aflorasse neles só poderia ocorrer em um regime republicano o qual reforçasse a divisão da propriedade pública e aumento do número de propriedades privadas; b) deveria existir uma aristocracia, mas não conectada à figura do rei ou designada por Deus, reforçadora do Direito Divino e do pensamento cristão. Para Harrington, havia uma aristocracia natural, representada pelas figuras de homens que reuniam um grau de virtude superior e que seriam capazes de compor o Senado; c) a virtude harringtoniana articulava os pressupostos do direito comum ao bem comum e reforçava a primazia de leis as quais reforçassem o interesse da maioria; d) a virtude de Harrington apoiava-se na ideia de razão, uma razão terrena e não divina, uma razão *recta ratio*, objetiva, a qual sustentaria o sucesso da república.

Assim, para melhor compreender o uso harringtoniano, é essencial perceber que segundo o autor, talvez inspirado por Maquiavel, a história dos regimes monárquicos era vista como um ciclo polibiano<sup>261</sup>, o qual levava inevitavelmente à corrupção e no qual o cidadão imaginado como ideal, aquele participativo e combativo, era reduzido a um ser puramente dependente do sistema, incapaz de agir para modificá-lo. Para Harrington, a Inglaterra de sua época ainda se encontrava atrelada a uma forma medieval de governar e a saída para esse problema residia no estabelecimento de um estado sem Rei. Na sua descrição do Estado ideal, o autor o contrapõe às monarquias e regimes oligárquicos:

Um governo (tentando o definir *de jure* ou de acordo com a prudência antiga) **é uma arte na qual uma sociedade civil de homens é instituída e preservada sobre a fundação de um direito ou interesse comum** ou (para seguir Aristóteles e Tito Lívio) é um império de leis e não de homens.  
E o governo (tentando o definir *de facto*, ou de acordo com a prudência moderna) **é a arte pela qual alguns homens, ou ainda, poucos homens, sujeitam, dominam uma cidade ou uma nação e**

---

<sup>261</sup> HONOHAN, 2002, p. 60.

**a governam de acordo com seus interesses privados;** os quais, já que as leis nesses casos são pensadas de acordo com os interesses desses grupos específicos – alguns homens ou famílias –, representam um império de homens e não de leis.<sup>262</sup>

A partir da passagem acima, podemos notar que em autores como Harrington, a linha de pensamento que legitimava o regime republicano se caracterizava por uma drástica inovação constitucional a qual apoiava-se sobre o entendimento das constituições antigas, que se faziam de suma importância. O âmago da questão, conforme se pode notar nos grifos acima, parece-nos autenticamente republicano: se o poder real tende a corromper, reforçam o fato de que reis sempre agem e pensam leis em prol de si ou daqueles que encontram-se sob a sua órbita de influência direta, era necessário repensar esse sistema, criando um novo que se legitimasse sobre o interesse comum.

Desse modo, notamos que a virtude ideal em Harrington, sempre que repetida em seu texto, era vista como a disposição de agir em prol de um interesse comum, em uma reelaboração conceitual que se aproximava mais do Maquiavel dos *Discursos*, do que de *O Príncipe*. Harrington parecia presumir que todos agem politicamente em prol de algum tipo de interesse e o grande problema do regime monárquico, o qual ele combatia ativamente, era o fato de que toda a virtude dos que estavam envolvidos na vida pública estava direcionada para ações que reforçavam os interesses privados, fosse ele de uma pessoa ou grupos sociais específicos, sempre em conexão direta com o rei.

A questão que se punha a Harrington era: como se pode quebrar essa rede estabelecida em torno do monarca e deixar homens que reunissem a virtude ideal ascender? Parece-nos que, para o escritor inglês, a única maneira de trazer homens virtuosos à cena política, no sentido harringtoniano da palavra, seria por meio do estabelecimento de uma república em que a propriedade, a terra, fosse re-dividida. Harrington coloca que o poder na Inglaterra do século XVII estava conectado ao

---

<sup>262</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, pp. 15-16: “A government (to define it de jure or according to ancient prudence) is an art whereby a civil society of men is instituted and preserved upon the foundation of common right or interest, or (to follow Aristotle or Livy) it is the empire of laws and not of men. And government (to define it de facto or according to modern prudence) is an art whereby some men, or some few men, subject a city or a nation, and rule it according to his or their private interest; which, because the laws in such cases are made according to the interest of a man or some few families, may be said to be the empire of men and not of laws.” Tradução Nossa. Grifo Nosso.

domínio da terra, uma herança secular de um sistema que já perdurava desde os tempos medievais. É por isso que, segundo Pocock, *The Commonwealth of Oceana* é uma meditação maquiaveliana sobre o sistema feudal. Para tanto, a sua reelaboração do conceito de virtude atrela-se ao desejo de se estabelecer uma lei agrária, que oferecesse garantias de propriedade aos cidadãos locais os quais com mais posses, estariam aptos a ingressar na vida política. Uma das principais propostas do autor era a composição de uma nova lei agrária:

A forma de lei a qual fixa o balanço nas propriedades é dita agrária e foi introduzida pela primeira vez por Deus, ele próprio, ao dividir a terra de Canaã para seu povo em lotes e esse ato compreende tanta virtude que garantiu que o governo não se alterasse.<sup>263</sup>

Nesse sentido, o pensamento de Harrington nos parece essencial por fazer uma síntese do humanismo cívico renascentista combinada à consciência política e social sobre a situação inglesa, tentando estabelecer uma lei agrária comum a qual compreendesse a importância da re-divisão da propriedade estatal, aumentando a parcela da propriedade privada. Para Harrington, uma república estável era aquela que dá a maior parte da sua terra ao povo e, conseqüentemente, garante ao proprietário da terra voz dentro a classe política dominante, mais participação cívica, e permite que ele legisle em favor de sua liberdade<sup>264</sup>. Ele nos diz:

Para o balanço, oscilando do monárquico em direção ao popular, é necessário que se abata a luxúria da nobreza e, enriquecendo o povo, que se traga o governo do interesse privado ao interesse público, o qual, como já foi mostrado, chegará próximo de assimilar justiça e razão.<sup>265</sup>

Uma sociedade harringtoniana, portanto, seria aquela na qual haveria um espectro grande de liberdades para que se gerassem oportunidades de florescimento

---

<sup>263</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, pp. 19-20 : "This kind of law fixing the balance in lands is called Agrarian, and it was first introduced by God himself, who divided the land of Canaan to his people by lots, and is of such virtue, that whatever it has held that the government has not been altered." Tradução nossa.

<sup>264</sup> HARRINGTON, Op. Cit., p. 65

<sup>265</sup> Ibid: "For the balance, swaying from monarchical into popular, abateth the luxury of the nobility and, enriching the people, bringeth the government from a more private unto a more public interest, which, coming nearer, as it hath been shown, unto justice and reason". Tradução nossa p. 202.

público das virtudes necessárias à participação ativa na vida cívica. Os cidadãos harringtonianos deveriam rezar, trabalhar e investir da maneira que quisessem e desse ambiente despontariam os mais dispostos ou inclinados a concorrer ao Senado. Harrington enxergava a virtude como algo derivado da atitude constante de comprometimento com o bem comum. A partir de sua visão, ela estava presente na maioria dos habitantes de uma república, mas mesmo os que tinham um menor grau de virtude poderiam desenvolvê-la em um ambiente livre. Harrington tinha uma visão determinista da virtude, mas não a via como algo dado por Deus e impossível de se desenvolver ao longo da vida. Muito pelo contrário, para ele a virtude se revelava na ação, no agir consciente da vida em comunidade. O verdadeiro cidadão virtuoso não esperava por um chamado divino para coloca-la em prática, ele construía a virtude agindo em defesa dos interesses seus e de seus pares.

James Harrington descreve em seus trabalhos uma multiplicidade de formas nas quais seres são interdependentes entre si e vulneráveis à dominação alheia. Para ele, cidadãos dividem um destino em comum e coletivamente projetam seu destino<sup>266</sup>. Harrington acredita que a interdependência é algo natural e que só se torna destrutiva se houver algum tipo de iniquidade entre os cidadãos<sup>267</sup>. Em sua visão apenas um cidadão detentor de uma propriedade, mesmo que seja algo pequeno, pode ser independente dos demais<sup>268</sup>. Honohan ao discorrer sobre o republicanismo cívico inglês nos mostra algo interessante: que a ideia de uma república baseada na distribuição da terra só se fez possível na Inglaterra por um paradoxo<sup>269</sup>. Este consistiria no fato de que o país ainda tinha a terra distribuída nos padrões feudais ingleses, ou seja, de uma monarquia baseada na posse feudal de terras, os chamados *open fields* e que esse sistema, por sua pouca complexidade, acabava por se tornar ideal para uma redistribuição que contemplasse a forma republicana de governo<sup>270</sup>. Harrington via a igualdade na distribuição da terra como um meio de promover a igualdade necessária ao bem-estar da república e, ademais, pensava que todos os seres, para viverem harmoniosamente devem se submeter a um Estado bem-estruturado institucional e legalmente, baseado em leis rígidas as quais os cidadãos

---

<sup>266</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 46.

<sup>267</sup> Ibid, p. 200.

<sup>268</sup> Ibid, p. 201.

<sup>269</sup> HONOHAN, 2002, pp. 64-67.

<sup>270</sup> Ibid.

criaram e às quais, coletivamente, concordaram submeter-se<sup>271</sup>. De mais a mais, o pensador inglês, assim como outros da época, também acreditava que as ações humanas não eram predestinadas por Deus e que a direção seu destino era moldada pela virtude<sup>272</sup>. Os seres sob um regime republicano eram capazes de agir de forma bondosa ou maldosa, todavia, para Harrington, se a república fosse pensada a partir de estruturas que incentivassem o poder da virtude, eles estariam protegidos da dominação alheia e das maldades que advém do pensamento individualista e egoísta<sup>273</sup>. A virtude permitiria que os cidadãos encontrassem formas de distribuir o poder igual e eficientemente<sup>274</sup>.

Em um projeto de iniciação científica realizado no biênio 2011-2012<sup>275</sup>, exploramos de maneira breve a relação entre Harrington e Hobbes<sup>276</sup>. Essa relação foi descrita como complexa por Eunice Ostrensky, pesquisadora do pensamento hobbesiano<sup>277</sup>. Segundo a professora da Universidade de São Paulo, Harrington parece preocupar-se em defender a república diante dos ataques a ela feitos por Thomas Hobbes<sup>278</sup> e permite que *Oceana* seja publicada às pressas, mesmo que não passasse de um rascunho repleto de erros. Ostrensky escreve:

É o próprio autor quem parece se colocar essa urgência, na tentativa de fornecer uma resposta rápida aos desdobramentos da vida política inglesa naquela quadra de 1650. Já no início da década, o experimento republicano havia fracassado, resultando no governo oligárquico de facto do Rump. Mas, quando Cromwell dissolveu o Rump e convocou um novo parlamento, ficou claro que os diferentes poderes políticos do país, ao invés de se dividirem, tendiam para o centro, tendiam para Oliver Cromwell e seu grupo de apoio.

Assim, em muitos momentos, *Oceana* é enxergada como uma resposta ao *Leviatã*. A última é constantemente ironizada por Harrington no corpo de seu texto<sup>279</sup>. Uma das maiores críticas a Hobbes é o fato de seu pensamento ter sido aceito como uma verdade absoluta e seus livros adotados nas universidades inglesas. Em um qual

---

<sup>271</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 16.

<sup>272</sup> Ibid.

<sup>273</sup> Ibid. p. 34.

<sup>274</sup> Ibid. p. 37; pp. 42-43.

<sup>275</sup> Ibid.

<sup>276</sup> Ibid.

<sup>277</sup> OSTRENSKY, 2011, p. 170.

<sup>278</sup> Ibid.

<sup>279</sup> HARRINGTON, Op. Cit., p. 38; p. 57; p. 63.

o contexto no regime cromwelliano revelava-se cada vez mais semelhante a uma monarquia, a resposta republicana cívica parecia urgente aos partidários dessa filosofia política. Não é claro para nós se Cromwell imaginou um dia tornar-se um rei, mas é inegável que sua postura era cada vez mais autoritária e centralista. Com isso, Cromwell ia, a passos largos, aproximando-se do modelo desenhado por Hobbes. Harrington via Hobbes como um destruidor da prudência antiga por perceber os pensadores antigos de uma maneira muito genérica, ignorando suas peculiaridades.

Fica claro no *Leviatã* que, pela ótica hobbesiana, os seres humanos existem em uma forma pré-social e agem motivados pelo seu interesse pessoal e que somente por meio da rendição e submissão a um soberano podem evitar conflitos autodestrutivos<sup>280</sup>. Além disso, Hobbes faz questão de negar a natureza política dos seres humanos, tão salientada pelos republicanistas cívicos, especialmente Harrington. Levando-se em consideração as datas de publicação, o *Leviatã*, em 1651, e, *Oceana*, em 1656, e as críticas abertas do republicano ao contratualista no texto, deve-se entender *Oceana* como uma crítica ao *Leviatã*<sup>281</sup>. E essa oposição se faz clara na maneira como Harrington vê a virtude, se comparada à maneira como Hobbes a enxerga. Para Hobbes, a virtude nada mais era do que o comportamento que permitiria a coexistência pacífica entre os seres<sup>282</sup>. Já em Harrington, ela seria muito mais: ela consistiria no exercício de magnificar a razão sobre a paixão<sup>283</sup>. Para Harrington, há uma tensão natural entre as paixões particulares e, de outro lado, entre a razão e o bem-comum<sup>284</sup>. E a virtude seria esse valor superior que, como em Maquiavel, seria resultado do acúmulo de um amontoado de características, as quais permitiriam ao cidadão enxergar os interesses reais de uma sociedade, ligados ao bem comum. Em uma tentativa de diferenciar Harrington de Maquiavel, nota-se que, apesar de escrever um século depois do pensador florentino, o inglês de certa forma faz uma analogia mais convencional do que seria a virtude. Ele parece a re-associar ao paradigma cristão de entendimento: Harrington afirma que não pode haver uma república de santos, nas quais se conta com a infalível virtude dos cidadãos; entretanto, mostra-nos que a religião e a disciplina são necessárias ao cumprimento

---

<sup>280</sup> HOBBS, Thomas [1651]. **Leviathan: The Matter, Form and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil**. London: George Routledge and Sons, 1887. 316p.

<sup>281</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 15-17.

<sup>282</sup> HOBBS, Op. Cit., p. 216.

<sup>283</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 42-43.

<sup>284</sup> Ibid.

das leis<sup>285</sup>. A primazia das leis era algo de extrema importância no corpo da teoria harringtoniana, já que mesmo bons e virtuosos cidadãos deveriam se submeter às leis.

Uma outra diferença gritante dentre as ideias de Harrington e Hobbes, e a qual se reflete na ideia de virtude, reside na primazia das leis e na prerrogativa de um governo misto. Harrington responde a Hobbes afirmando que a liberdade em uma república é muito maior do que em um regime monárquico já que no modelo republicano os seres humanos são sujeitos às leis e não a um tirano. E, para ele, isso faz toda a diferença<sup>286</sup>. Sob o ponto de vista harringtoniano, quando cidadãos participam da elaboração das leis, não contestam sua execução: “[as leis são] desenhadas por cada ser em sua particularidade e não possuem outra finalidade que não seja proteger a liberdade de cada um o que, por sua vez, salvaguarda a liberdade da república”<sup>287</sup>. Autores como Honohan dizem-nos que em teorias as quais prezam pela manutenção das instituições republicanas têm algo em comum: as leis talvez venham a interferir na vida dos cidadãos, mas que, jamais, em contraste com a dominação e sujeição pessoal, tornam-se um obstáculo real à liberdade<sup>288</sup>. Parece-nos, por meio de Iseult Honohan, que a teoria de James Harrington reforça a ideia de uma liberdade a qual não é natural ou inerente ao homem, mas sim, construída e conquistada no ambiente de um governo republicano o qual depende diretamente da virtude dos cidadãos para que seja mantido. E, nesse contexto, a virtude é percebida como um construto derivado de sacrifícios pessoais: abrir mão daquilo que traria prazer e recompensa a um, em nome dos demais.

Em Harrington, o conceito anverso de virtude não parece ser a fortuna. Maquiavel trabalha com o par de oposição no qual opõe-se à virtude do príncipe à fortuna e à virtude republicana, cívica, a corrupção. Como Harrington reelabora em larga escala apenas a ideia maquiaveliana da virtude republicana, a fortuna no sentido da sorte, do acaso, tem um papel pouco relevante em sua obra. Todas as vezes nas quais Harrington refere-se aos revezes da fortuna, ele quer no dizer que os cidadãos devem ser virtuosos para resistir às oportunidades que o destino lhes dá de serem

---

<sup>285</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 63.

<sup>286</sup> Ibid., p. 20.

<sup>287</sup> Ibid: “Laws are framed by every private man under no end than to protect the liberty of every private man, which by that means come to be the liberty of the commonwealth.” Tradução Nossa.

<sup>288</sup> HONOHAN, 2002, pp. 68-69.

corruptos<sup>289</sup>. Harrington enxerga a corrupção como uma espécie de pecado, algo inerente ao ser humano e que deve ser controlado, por meio da virtude. Ele não elabora largamente sobre tal ideia, algo que é feito, segundo John Pocock, pelos pensadores neo-harringtonianos, em especial, os Pais Fundadores dos Estados Unidos da América<sup>290</sup>. Além disso, para Harrington a corrupção não constitui um mal deliberado, mas sim uma consequência da imperfeição da vida humana e, talvez por considera-la algo natural, descreve-a pouco no curso da obra e reitera repetidas vezes que apesar deste pecado, completamente domável por meio da virtude, é possível que homem viva plena e perfeitamente: por meio da pertença a um regime republicano de poder<sup>291</sup>.

Pouco acima, afirmamos que outro ponto que diferenciava Harrington de Hobbes era a primazia de um governo misto. Harrington descreve em detalhes o maquinário idealizado por ele o qual seria capaz de garantir a divisão do poder. Primeiramente, haveria duas casas: o Senado e a Assembleia Popular<sup>292</sup>. Sobre o Senado, pode-se dizer que seria o local de discussão de todas as leis a serem aplicadas na república. Na visão harringtoniana, o Senado seria a arena de debate político do sistema. Sobre a fundação dessa instituição, Harrington afirmou que os senadores não assumiriam seus cargos por hereditariedade; eles seriam escolhidos a partir de suas virtudes e talento natural para liderança. Para entender o acima exposto é necessário acompanhar o pensamento do filósofo político inglês e seu ideal de que uma república é uma sociedade civil de homens<sup>293</sup>. Após fazer essa afirmação, Harrington sugere ao leitor que imagine uma república com vinte homens<sup>294</sup>. Ele afirma que, caso esses vinte homens não sejam completamente estúpidos, um terço deles, ou seja, seis homens seriam um pouco mais espertos que os demais. Esses se destacariam e seriam imediatamente descobertos e tidos como os líderes. Essencial notar que a partir de seus debates, esses líderes transmitiriam conhecimento aos quatorze demais e, por meio de suas decisões, convenceriam aqueles a segui-los. Esses seis fariam uso daquilo que se entende por *auctoritas patrum*, isto é, a autoridade dos pais. Eles não são nada mais do que a aristocracia política natural, criada e difundida por Deus para

---

<sup>289</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 218.

<sup>290</sup> POOCK, 1975, p. 493.

<sup>291</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, Loc. Cit.

<sup>292</sup> Ibid, pp. 109-115.

<sup>293</sup> Ibid.

<sup>294</sup> Ibid.



liderar a humanidade. Citando Aristóteles e Maquiavel, Harrington enfatiza que a participação deveria ser ampla e que, apesar de haver uma aristocracia pré-fixada nada exclui que cidadãos virtuosos, por meio da meritocracia, movimentem-se em direção aos cargos mais altos na estrutura do poder<sup>295</sup>. Nas palavras do pensador inglês: “caso um homem da base não possa ascender, a república não é igualitária”<sup>296</sup>.

Uma vez definidos os membros do Senado, é essencial fixar o seu papel perante a sociedade. Esses senadores, apesar de líderes, não seriam comandantes. Eles apenas guiariam a população e liderariam a consulta ao povo. Na república harringtoniana, os decretos do senado nunca eram tidos como lei e não deveriam ser assim denominados<sup>297</sup>. Os textos lá produzidos inspirar-se-iam no *senatus consultum* da república romana e eram uma espécie de parecer coletivo, proposto pelos homens do governo e posteriormente aprovado ou não pelo povo. No modelo harringtoniano, os senadores fariam uso de sua virtude natural em prol da população; eles filtrariam os problemas e apresentariam soluções ao povo, mais ou menos como pais a instruir filhos.

Além disso, a eleição da Assembleia Popular que escolheria o Senado seria feita por meio do voto popular. Um processo complexo e baseado na república veneziana garantiria o sufrágio. Harrington via o Senado como a expressão razão e, já que o exercício da razão só poderia ser feito por meio da virtude, essa instituição era talvez a mais importante dentro do sistema republicano idealizado pelo autor<sup>298</sup>. Apesar disso, seu papel ficaria restrito à função legislativa. Não era o senado que deveria definir os interesses da república. Estes seriam comuns a todos e manteriam ativa a república harringtoniana. A partir dessas considerações, o autor concluiu que se a sabedoria de um governo republicano estava na aristocracia política, na qual a virtude cívica, compartilhada por todos, fazia-se mais evidente e estes seriam os guardiões do interesse coincidiria de toda a população. Logo, a assembleia, ou o conselho a escolher o senado, deveria ser constituído por todo o povo. Segundo Harrington, na linguagem de uma república, dividir e escolher é debater e resolver; portanto, os debates do senado deveriam ser levados ao povo, e após essa consulta popular, retornariam para serem resolvidos pelos senadores, seguindo a filosofia

---

<sup>295</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, pp. 109-115.

<sup>296</sup> Ibid.

<sup>297</sup> Ibid, pp. 90-96.

<sup>298</sup> Ibid.

institucional *auctoritate patrum et jussu populi*; isto é, a autoridade dos pais e do povo, juntas, fazem a lei<sup>299</sup>. Para Harrington, essa estrutura mista concilia os mais diversos interesses e os filtra a partir do uso da razão, da virtude cívica, e provê estabilidade ao sistema.

Para James Harrington, a elaboração das leis e seu objetivo central de garantir o bem comum torna-se algo concreto somente se os cidadãos forem capazes de agir com independência perante à influência e pressão dos demais. As pessoas que não forem capazes de conquistar sua independência, deveriam ser servas de outros<sup>300</sup>. Portanto, a especificidade do pensamento harringtoniano reside na existência de uma pré-condição material para que um membro da república seja capaz de conquistar sua cidadania e exercer sua virtude. Somente aqueles que tem posses, algum tipo de propriedade, por mais modesta que seja, são capazes de serem considerados cidadãos<sup>301</sup>. Harrington acreditava que propriedade deveria ser redistribuída para evitar a existência de super-ricos, aqueles que, sob a ótica harringtoniana, seriam destrutivos do sistema. Em Harrington, a igualdade mina a existência da monarquia, mas perpetua a vida da república<sup>302</sup>.

Em linhas gerais, Harrington acreditava que essa redistribuição da renda, poderia ser feita de duas formas: pelo controle dos bens e pela instituição de uma lei agrária. Essa lei agrária seria, para ele, a melhor forma de se garantir que cidadãos virtuosos pudessem exercitar sua virtude, uma vez que, quando todos sentem que possuem a propriedade que precisam, não tem o desejo de se corromperem. Para Harrington, a corrupção do Estado acontece quando, materialmente, as pessoas começam a querer mais e encontram espaço para “exercitar seus vícios” e perversidades<sup>303</sup>.

Portanto, a partir de um equilíbrio material e instituições políticas estáveis as quais estimulariam os cidadãos a praticar o melhor de si, sua virtude cívica, estava desenhada em sua quase totalidade a república harringtoniana imaginada em *Oceana*. Faltam apenas três pontos os quais gostaríamos de elencar nas linhas a seguir e que fecham essa elaboração. Em primeiro lugar, Harrington, em um alinhamento mais com Aristóteles e Milton do que com Maquiavel, acreditava que a virtude é fruto total

---

<sup>299</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, pp. 215-224.

<sup>300</sup> Ibid.

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> Ibid.

<sup>303</sup> Ibid.

da educação e da cultura cívica. E, exatamente por isso, desenhou três elementos os quais, dentro do sistema republicano deveriam ser mantidos para que o conjunto de valores aglutinados na ideia de virtude pudesse aflorar.

O primeiro deles era uma religião cívica<sup>304</sup>. O pensador inglês acreditava que uma religião era de extrema importância pois unia os cidadãos e afastava as resistências oferecidas por uma liberdade religiosa excessiva. Harrington, assim como outros republicanos, pensava essa religião cívica mais como uma organização, uma estrutura, do que algo doutrinário<sup>305</sup>. Segundo Honohan, os pensadores republicanos cívicos da Inglaterra setecentista eram em sua maioria religiosos e não viam a cristandade como algo extremamente perigoso à estabilidade dos sistemas que idealizavam, mas sim, a consequência automática que a predominância de religiões cristãs traziam: o poder clerical<sup>306</sup>. Para estes pensadores, deveria haver uma religião que “não fizesse referências a poderes místicos, que excluísse os clérigos do poder político e que não descartasse preocupações e motivações mundanas”<sup>307</sup>.

Em segundo lugar, deveria existir um modelo de educação cívica. Para Harrington, era a formação do cidadão em escolas e instituições de ensino estatais que permitiria que a virtude afluísse neles<sup>308</sup>. Uma educação cívica forte e consistente permitiria aos jovens se emanciparem de qualquer tipo de influência exercida pela doutrina clerical<sup>309</sup>. O terceiro e último elemento determinante do sucesso da república, seria a predominância de uma milícia civil. E aqui há uma aproximação gigantesca com Maquiavel. Para ambos os autores, o cidadão ideal deveria se engajar no exército e trabalhar para a manutenção da instituição republicana de poder. Argumenta-se que Harrington não valorizava a guerra e sim a paz, entretanto, via no exército a ferramenta mais adequada para a promoção da mesma.

---

<sup>304</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 272.

<sup>305</sup> Ibid.

<sup>306</sup> HONOHAN, 2002, p. 72.

<sup>307</sup> Ibid.

<sup>308</sup> HARRINGTON, James [1656], Op. Cit., p. 197.

<sup>309</sup> Ibid.



#### 4. CONCLUSÃO

É inegável que a partir de nossa pesquisa obtivemos um conhecimento muito detalhado das obras de Maquiavel e Harrington. Pudemos perceber, dentre outras coisas, que ambas suas formulações foram bastante originais para os contextos em que estiveram inseridos. Além disso, foi possível notar que os autores foram capazes de transmitir ao mundo de Estados modernos dos séculos XVI e XVII, respectivamente, os temas essenciais do republicanismo clássico. Suas obras fazem alusão a uma vida política cujos atores são cidadãos livres e ativos, inspirados pela virtude cívica e presentes do serviço militar. Devido ao fato de o tema da liberdade em ambas as obras já ter sido amplamente estudado, optamos por nos focar na ideia de virtude e seu anverso, a fortuna.

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber que a complementaridade entre a História dos Conceitos e as reflexões sobre a linguagem e os contextos que servem de ocasião às suas reelaborações foi essencial ao nosso trabalho. Por meio da inspiração de Pocock e Koselleck, pudemos concluir que tanto no século XVI, em Florença, quando no XVII, na Inglaterra, houve continuidade no uso das mesmas palavras, o que permitiu a articulação de um tempo novo. Tanto os espaços de experiência florentino, entre 1494 e 1530, quanto o inglês, entre 1642 e 1651, transformaram a experiência social e política e também antigos campos de significação. Esses momentos de instabilidade os quais permitiram a ressignificação das ideias de virtude e fortuna, a partir da óptica maquiaveliana – influenciada pelos ideais do republicanismo e do humanismo cívico – configuram regimes de historicidade<sup>310</sup> próprios. A história conceitual de Koselleck, associada às reflexões de Pocock sobre um *momento maquiaveliano* de ocasião para a reelaboração de termos presentes na obra do pensador florentino, tornou possível a detecção de temporalidades distintas identificáveis nos conceitos de virtude e fortuna e o novo significado adquirido no período das Guerras Cívicas Inglesas. Portanto, o nosso grande desafio foi apreender os novos significados de uma parte de um vocabulário político em momentos de transformação acelerada.

---

<sup>310</sup> HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 37-42.

Nicolau Maquiavel foi o autor que nos impôs o maior desafio de pesquisa. Compositor de uma obra bastante extensa, ele nos mostrou a existência de dois tipos de virtude distintos: um formato conectado à virtude do príncipe, do chefe de Estado, que precisa reunir uma série de qualidades que o permitam atingir a glória, a honra, que deve, na concepção maquiaveliana, ser o objetivo maior de todo grande líder; e, uma outra elaboração intrinsecamente ligada ao comportamento cívico, uma espécie de amontoado de valores que precisam ser compartilhados por todos os cidadãos que desejam habitar uma república.

O exercício maior de Maquiavel, em *O Príncipe*, é isolar a ideia de virtude dos padrões ligados à moralidade ao bom caráter cristão e reelaborá-la no sentido de reforçar para os grandes líderes que ela é talvez a melhor ferramenta que eles têm em suas mãos na tarefa de controlar o poder da contingência, da fortuna. A fortuna tem uma papel grande no modelo maquiaveliano por ser uma força incontrolável, inexorável e, exatamente por isso, *O Príncipe* se revela uma descrição tipológica dos tipos de príncipe e suas relações com a fortuna. John Pocock é incisivo ao afirmar que, em *O Príncipe* Maquiavel ainda usa as “antíteses clássicas do vocabulário antigo” e isso se refletiria no par conceitual virtude e fortuna<sup>311</sup>.

Pocock também nos diz que é comum que se pense que a obra foi escrita para a família Médici em vista de seu recente retorno à cena pública florentina e obtenção do poder central<sup>312</sup>. Entretanto, mais adiante no *Momento Maquiaveliano*, contra argumenta que essa afirmação é plausível de discussão. Isso porque ele não cita diretamente nenhum dos Médici no corpo da obra<sup>313</sup>. De qualquer forma, a grande inovação de *O Príncipe* reside no fato de que se endereça a um príncipe novo, cujo poder foi recém-conquistado e que, na visão maquiaveliana, precisa de conselhos para controlar a fortuna, qualidade que pode ter lhes dado o poder e que, na mesma medida, diante da imprevisibilidade dos fatos, pode tirá-lo imediatamente. Assim, todos os conselhos dados baseiam-se em uma reelaboração não muito sofisticada do conceito de virtude, já que as categorias elencadas como constituintes da virtude e seu objetivo maior – a glória –, já tinham sido previamente descritas por autores antigos como Aristóteles e Políbio. Todavia, o isolamento da ideia de virtude dos padrões ético-morais cristãos de caráter revela-se uma grande transformação de uso do

---

<sup>311</sup> Pocock, J.G.A., 1975, p. 159.

<sup>312</sup> Ibid. p. 160.

<sup>313</sup> Ibid.

conceito. Assumimos então que *O Príncipe* talvez seja um tratado retórico inspirado por uma situação real, uma crise política concreta, mas não se propõe a resolvê-la.

*O Príncipe* refere-se a uma inovação na forma de governo que, obrigatoriamente, tem algum componente de fortuna envolvido. Maquiavel, ao descrever que os Estados aos quais faz alusão foram ou herdados ou conquistados, mostra-nos que esses espaços recém incorporados pelo príncipe estão sujeitos à perturbação. É como se a mudança de regime, para o pensador italiano, ofendesse a alguns, mas, perturbasse a todos. Além disso, os recém conquistados não conhecem o príncipe novo, o que os exime de lealdade e faz da virtude a única qualidade capaz de minar a presença de mais fortuna, em meio ao caos, e levar à manutenção do poder, do *status* de líder. Nas palavras de Pocock, esses líderes descritos na obra maquiaveliana foram submetidos a um grau altíssimo de fortuna e única maneira de se sobrepôr a isso é por meio de virtude extraordinária<sup>314</sup>. A virtude em *O Príncipe* se caracteriza por vários valores combinados e sair da regra, do moralmente esperado, se necessário.

Concluimos a partir da pesquisa que o conceito de virtude em *O Príncipe* é fundamental à grande inovação de Maquiavel ao compor a obra: a sistematização de uma forma de fazer política que, até a data de escrita do texto, era considerada ilegítima. Ao perceber que situações impregnadas de fortuna são caóticas e que *O Príncipe* deve fazer o que for necessário para contorná-las Maquiavel abriu o caminho para que postumamente fosse interpretado como um autor reforçador da ética dúbia e caráter questionável praticada por muitos líderes políticos nos últimos séculos. Não obstante, o Maquiavel dos *Discursos* é outro. Antes de prosseguirmos às conclusões obtidas após a leitura desse texto, gostaríamos de fazer uma breve digressão.

Nossa seleção dos textos maquiavelianos a serem trabalhados na pesquisa se deu por inspiração de J.G.A. Pocock. Em seu texto, publicado em 1975, ele afirmou que *O Príncipe* e *Os Discursos* são as obras que permitem isolar esse momento maquiaveliano, quando não se quer fazer um estudo completo de Maquiavel, mas sim de suas grandes inovações para a História das Ideias<sup>315</sup>. Pocock nos diz que em ambos os textos se fazem visíveis as contribuições mais promissoras do autor florentino para o pensamento humanista cívico<sup>316</sup>. Como nosso objetivo não era fazer uma biografia

---

<sup>314</sup> Pocock, J.G.A., 1975, p. 161.

<sup>315</sup> Ibid. p. 183.

<sup>316</sup> Ibid.

intelectual do pensador italiano, optamos por trabalhar com essas duas obras. Descritas as conclusões obtidas a partir da leitura de *O Príncipe*, prosseguiremos agora para os *Discursos*.

Enquanto em *O Príncipe* a virtude era vista como um instrumento essencial à manutenção do poder do príncipe novo, nos *Discursos* Maquiavel parece querer sistematizar uma espécie de virtude cívica. Segundo Pocock, seu desejo de falar sobre a república foi motivado pelo fato de que o ex-diplomata florentino acreditava que uma vez que vivenciarem a liberdade, as pessoas jamais quererão novamente sujeitar-se a um príncipe, um líder centralizador<sup>317</sup>. Portanto, os conselhos deixam de ser dados a uma única pessoa, aquele que busca manter-se na condição de príncipe, e passam a se direcionar aos homens e mulheres que finalmente puderam experimentar a ideia de um *vivere civile* e, irreversivelmente, chegaram à posição ideal: de cidadão participativo. Em outras palavras, para Maquiavel, os seres humanos são animais políticos e, ao vivenciarem esse estado de natureza, atingem a plenitude.

A virtude cívica aparenta ser, para Maquiavel, a expressão máxima do sucesso do caráter político dos seres humanos. Esse grupo de valores que a comporia – Maquiavel em nenhum momento elenca-os – refletia-se na habilidade dos habitantes da república de colocar o bem comum acima dos seus interesses privados. A ideia de virtude aliava-se a de cidadania. A fortuna parece ter um papel menor nos *Discursos*. Ela aparece em alguns momentos apenas: quando Maquiavel fala sobre as relações exteriores e do fato de que os vizinhos de uma república podem não ser republicanos e se incomodar com esse fato, promovendo algum tipo de ofensiva que pode destruir o regime. Nestes casos, não há virtude ou cidadania que possa se sobrepor aos revezes desse tipo de acontecimento. Exatamente por isso, um dos componentes da virtude cívica é a predisposição em servir ao exército local. Cidadãos envolvidos e participativos pegam em armas. Como seu maior temor é se submeter a um príncipe, ainda mais um príncipe estrangeiro, ilegítimo, estes lutariam com todas as forças para defender sua forma de governo.

Em outras palavras, a virtude dos *Discursos* independe da virtude do príncipe. Ela deriva do aperfeiçoamento das relações de interdependência no curso da existência de uma república. Autores como Pocock dizem que valores como virtude, ética são capazes de incrementar a estabilidade política de uma república como a

---

<sup>317</sup> Pocock, J.G.A., 1975, p. 184.



idealizada por Maquiavel. E ainda segundo o historiador inglês, isso é uma reelaboração baseada no ciclo constitucional polibiano. Além disso, ao recorrer à histórias de Roma, o autor italiano nos mostra que seu modelo ideal era baseado na república romana. Fica claro no final do Livro II dos *Discursos* que a grande inovação de Maquiavel aqui é a de conectar a virtude cívica ao *vivere civile* e mostrar que mesmo quando há revezes incontroláveis da fortuna, como as várias tragédias romanas, tentativas de golpes e outras adversidades, cidadãos unidos em torno de um princípio maior são capazes de, por meio de virtude, conquistar algo que nem o príncipe mais virtuoso conseguiria: a manutenção de um *status*<sup>318</sup>. Nicolau Maquiavel, por meio de exemplos históricos, em uma forma *magistra vitae* de ver a história, mostra-nos que essa é uma tarefa difícil, mas passível de completude<sup>319</sup>.

Além disso, pudemos perceber que Maquiavel é um crítico do Cristianismo, mas não da religião. Sua crítica à cristandade se dá pelo fato de que ela oferece aos fieis uma gama muito grande de valores que os desvirtuam da cidadania. O pensador italiano é defensor de uma religião cívica, que incute nos cidadãos os valores constituintes de uma virtude cívica<sup>320</sup>. É interessante perceber que Maquiavel afirma que todas as formas de governo foram concebidas por Deus e que, de alguma forma, essa conexão dos cidadãos com o transcendental é re-afirmadora dos valores cívicos, se mediada pela religião correta. Portanto, nota-se em o príncipe que, apesar de não definida precisamente, essa virtude cívica aglutina valores conectados à participação cívica - segundo Pocock uma reelaboração do conceito de *Partecipazione* presente na obra de Guicciardini<sup>321</sup> -, militarismo e religião. Maquiavel parece querer transformar a natureza humana em direção a uma forma na qual o exercício da cidadania seja possível. John Pocock afirma que a maior subversão que os *Discursos* apresentam é o divórcio entre uma cidadania mediada pela virtude e a redenção<sup>322</sup>. Ao afirmar que nenhum Estado precisa de um super-legislador para governar, Maquiavel emancipa seu regime idealizado do dogma da Igreja Católica<sup>323</sup>.

James Harrington é definido por John Pocock como uma síntese do humanismo cívico renascentista e da consciência política inglesa surgida no século

---

<sup>318</sup> MACHIAVELLI, Niccolò [1531], 1857, pp. 297-308.

<sup>319</sup> Ibid.

<sup>320</sup> Ibid, p. 118; p. 138.

<sup>321</sup> POCKOCK, J.G.A., 1975, p. 230.

<sup>322</sup> Ibid, p. 193.

<sup>323</sup> Ibid, p. 194.

XVII<sup>324</sup>. Seu conhecimento da teoria das armas maquiaveliana, apreço pela *common law* e reforço à propriedade privada fazem dele o primeiro humanista cívico da Inglaterra. Além disso, ele pode ser considerado o primeiro autor a teorizar uma virtude participativa a qual tinha a propriedade privada como sua base de sustentação material. É curioso notar que há pouca ou nenhuma conexão entre a virtude harringtoniana e a ideia descrita por Maquiavel em *O Príncipe*. A reelaboração harringtoniana baseia-se na definição que pode ser extraída dos *Discursos*.

Harrington enxergava a virtude como uma ação em prol do bem comum. Autores como Iseult Honohan e Alan Cromartie argumentam que Harrington não era uma espécie de proto-marxista por crer nisso; ambos fazem tal afirmação baseando-se no fato de que o pensador inglês acreditava piamente na existência de um grupo de governantes naturais, os quais enviados por Deus tinham um talento natural para gerir Estados<sup>325</sup>. Cromartie ainda nos diz que, do ponto de vista prático, a relevância da virtude harringtoniana é que ajudaria a legitimar uma política a qual a *gentry* buscava dominar<sup>326</sup>.

Harrington fundamentou a legitimidade de seu governo sobre o interesse público dos cidadãos e reiterou que a máquina pública deveria funcionar de forma a permitir que esses seres exercitassem suas virtudes<sup>327</sup>. O governo republicando, por ele idealizado, ofereceria aos cidadãos instituições desenhadas para que esse exercício da virtude<sup>328</sup>. A pergunta, a qual deve se por nesse caso, é: mas, quem eram os cidadãos harringtonianos, já que concluímos, com base em passagens de *Oceana*, que o conceito harringtoniano de cidadania é bastante elitista? Nota-se que o filósofo político inglês pensou em duas instituições fundamentais à saúde da república: o Senado e a Casa dos Comuns, as quais seriam habitadas apenas por cidadãos<sup>329</sup>. Em tese, o Senado seria todo formado por essa aristocracia natural supracitada, composta pela *gentry*, e a Casa dos Comuns pelos demais cidadãos<sup>330</sup>. A ideia é que o Senado formulasse as propostas e a Casa dos Comuns aprovasse-as ou não. Contudo, para ser elegível para o Senado, o candidato deveria renda superior a cem Libras<sup>331</sup>. Os

---

<sup>324</sup> CROMARTIE, 1998, p. 990.

<sup>325</sup> Ibid, p. 993-994.

<sup>326</sup> Ibid, p. 1006.

<sup>327</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 65-71.

<sup>328</sup> Ibid.

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> Ibid.

<sup>331</sup> Ibid, p. 206.

demais, com proventos inferiores a cem Libras, somente poderiam ser considerados cidadãos caso possuíssem algum tipo de propriedade privada<sup>332</sup>. Na ausência da mesma, eram considerados servos e executariam ofícios essenciais ao bom funcionamento da máquina pública. Harrington tinha uma atitude determinista e parece idealizar um modelo o qual agradasse e contemplasse os anseios políticos da *gentry* setecentista emergente.

A ideia de virtude presente em James Harrington nos parece menos ampla do que a maquiaveliana dos *Discursos*. Para Maquiavel, a Roma descrita nos *Discursos* era uma comunidade de indigentes, pessoas muito pobres (as quais na visão maquiaveliana deveriam permanecer assim), os quais foram obrigados a desenvolver a virtude coletiva por medo de serem novamente dominados por tiranos. Para Maquiavel, a virtude cívica surgia da necessidade de sobrevivência e deveria ser percebida como algo bom pois permitia que seres interdependentes fossem capazes de alcançar um grau de liberdade altíssimo quando comparado à regimes dominados por um príncipe. Já para Harrington, a virtude poderia ser desenvolvida em todos, mas alguns herdavam um grau maior dela devido à sua posição social. A sociedade harringtoniana baseava-se no amplo direito de rezar, trabalhar e investir; entretanto, o acesso às instituições nas quais se era possível exercitá-la era restringido por fatores materiais, como o acúmulo de dinheiro e terra. Harrington hierarquizava a virtude, legitimadora da ação em prol do sistema republicano, e a utilizava para reforçar a dificuldade de mobilidade social descrita em seu sistema. Concluímos, com base na leitura das fontes, que Maquiavel acreditava ser possível inculcar virtude nos cidadãos por meio da educação. Já a atitude harringtoniana é a de que há um grau hereditário da mesma, em virtude da posição social, e que, mesmo que a pessoa se letre e estude, a virtude não aumentará. A virtude em James Harrington é a vitória da razão sobre a paixão, ela é a ação baseada em racionalidade para perceber seu lugar na sociedade, aceita-lo e agir em prol do sistema republicano. Harrington re-socializa a *gentry*, colocando-a em um lugar de ascensão diante da sua posição recente de submissão ao rei e pouca participação nas decisões políticas, já que também não compunham uma aristocracia.

Após a pesquisa, podemos afirmar que o trabalho de compreender o contexto linguístico, como fizemos na pesquisa, foi extremamente complexo, porque se

---

<sup>332</sup> HARRINGTON, James [1656], 1887, p. 206.

traduziu em não somente balizar o período e o lugar em que supostamente aconteceu, mas operar um grande autor clássico, como Maquiavel e um autor menor, como James Harrington. Inspirados por John Pocock, concluímos que a interpretação de um texto político deve sempre inserir o escrito em um panorama mais complexo de convenções e paradigmas mais ou menos comuns a um grupo de pensadores e é isso que tentamos fazer na pesquisa. Esse grupo operaria como uma comunidade de falantes de uma mesma linguagem política que é progressivamente atualizada a partir de intervenções específicas em contextos separados.

## 5. REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

### 5.1. Fontes

HARRINGTON, James [1656]. **The Commonwealth of Oceana and A System of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 338p.

HOBBS, Thomas [1651]. **Leviathan: The Matter, Form and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil**. London: George Routledge and Sons, 1887. 316p.

MACHIAVELLI, Niccolò [1513]. **Il Principe**. Firenze: Felice Le Monnier, 1857. 78p.

\_\_\_\_\_. [1531]. **Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio**. Firenze: Felice Le Monnier, 1857. 345p.

\_\_\_\_\_. [1532]. **Le Istorie Fiorentine**. Firenze: Felice Le Monnier, 1851. 467p.

### 5.2. Referências e Bibliografia

ADVERSE, Helton. Apresentação à Edição Brasileira. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ARANOVICH, Patrícia. **História e Política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

ARAÚJO, Cícero. Um Giro Linguístico na História das Ideias Políticas. In: POCKOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2013. pp. 9-21.

BORALEVI, Lea Campos. James Harrington's 'Machiavellian' anti-Machiavellism. In: **History of European Ideas**, v.37, n.2. pp.113-119

CARLYLE, Thomas. **Past and Present**. London: J.M. Dent & Sons, 1966. 304p.

CARLTON, Charles. **Going to Wars: The Experience of the British Civil Wars (1638-1651)**. London: Routledge, 1992, 464p.

CROMARTIE, Alan. Harringtonian Virtue: Harrington, Machiavelli, and The Method of The Moment. In: **The Historical Journal**. Vol. 41, n. 4, 998. pp. 987-1009. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/3020859?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3020859?seq=1#page_scan_tab_contents). Acessado em 31/05/2018.

DUNN, John. **The History of Political Theory and Other Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GUIZOT, François. Histoire de La République D'Angleterre et de Cromwell (1649-1658). In: **Histoire de la Révolution D'Angleterre (1625-1660)**. Paris: Robert Laffont, 1997. pp. 427-804.

GRAFTON, Anthony. Introdução. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 23-44.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 266p.

HILL, Christopher. Recent Interpretations of The Civil War; James Harrington and the People. In: **Puritanism and Revolution: Studies in the Interpretation of the English Revolution of the 17<sup>th</sup> Century**. New York: St. Martin's Press, 1997. pp. 3-29; 269-281.

HONOHAN, Iseult. **Civic Republicanism**. London: Routledge, 2002. 328p.

HUME, David [1778]. The Commonwealth. In: **A History of England: From the Invasion of Julius Caesar to The Revolution in 1688**, vol. 6. Indianapolis: Liberty Classics, 1983. pp. 3-110.

KIRSCHNER, Tereza Cristina; LACERDA, Sônia. Tradição e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos. In: LOPES, Marcos (org.). **Grandes Nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 25-38.

KISHLANSKY, Mark. **A Monarchy Transformed: Britain 1603-1714**. London: Penguin, 1996. 386 p.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Uma Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. 366p.

OSTRENSKY, Eunice. As várias faces de um ator político. In: **Revista Latinoamericana de Filosofía**. Vol. XXXVII, No 2., 2011. pp. 167-188. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/rlf/v37n2/v37n2a01.pdf>. Acessado pela última vez em: 12/06/2018.

PETIT, Philip. **Republicanism: A Theory of Freedom and Government**. Oxford: Clarendon Press, 1997. 304p.

PITIKIN, Hannah. **Fortune Is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli**. Berkeley: University of California Press, 1984. 384p.

POCOCK, J.G.A. James Harrington and the Good Old Cause: A Study of the Ideological Context of His Writings. In: **Journal of British Studies**. Vol. 10, n. 1, 1970. pp. 30-38.

Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/175226?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/175226?seq=1#page_scan_tab_contents). Acessado em 12/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Politics, Languages, and Time: Essays on Political Thought and History.** Chicago: The University of Chicago Press, 1984. 291p.

\_\_\_\_\_. Preface. In: HARRINGTON, James. **The Commonwealth of Oceana and A System of Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992. pp. VI-XXIII.

\_\_\_\_\_. **The Machiavellian Moment:** Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. Princeton: Princeton University Press, 1975. 634p.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: JASMIN, Marcelo G.; FERRES JÚNIOR, João (org.). **História dos Conceitos:** Debates e Perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola: IUPERJ, 2006.

SKINNER, Quentin. **Machiavelli:** A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2001. 100p.

\_\_\_\_\_. **As Fundações do Pensamento Político Moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724p.

\_\_\_\_\_. **Visions of Politics, vol. 2:** Renaissance Virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 451p.